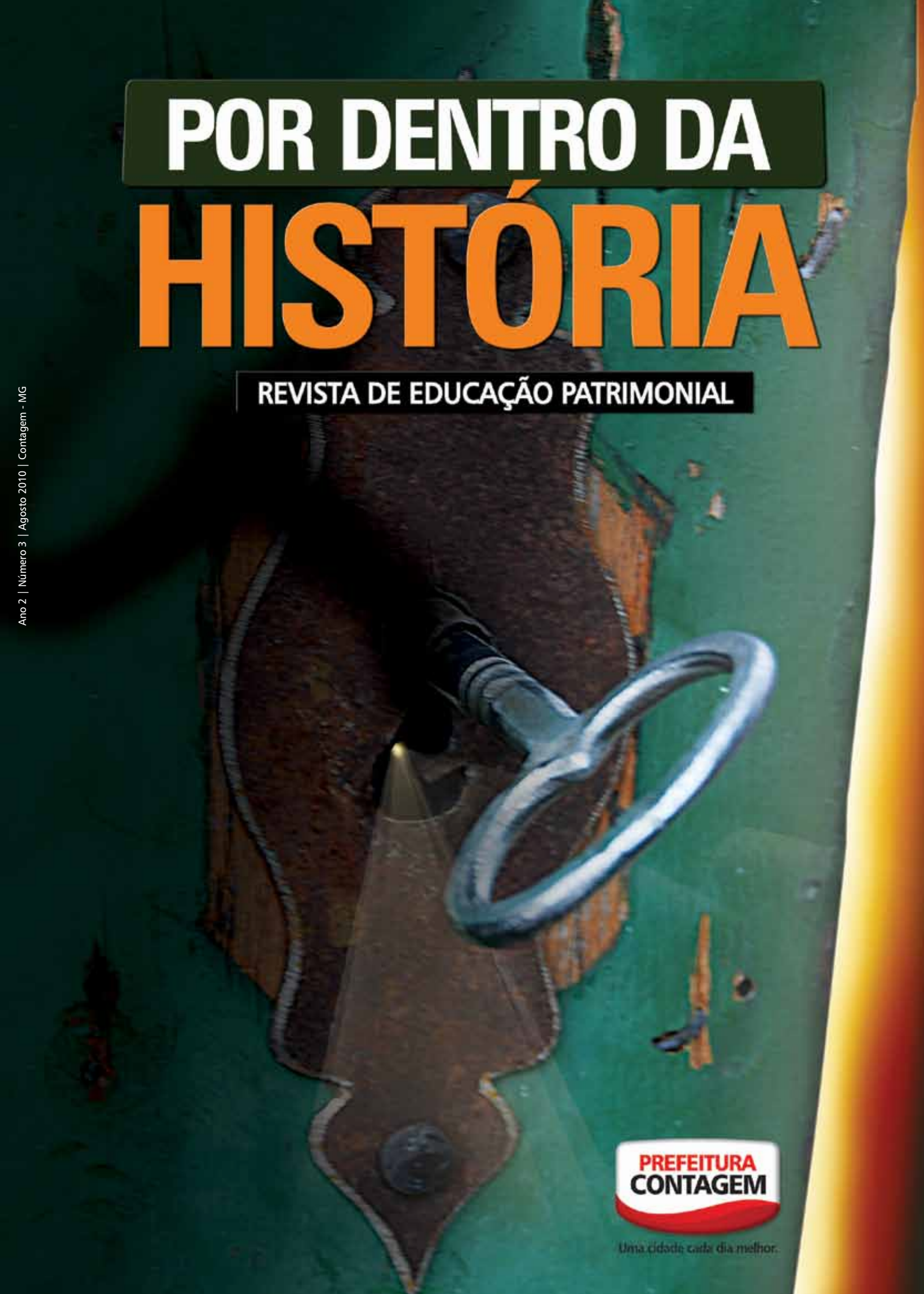
POR DENTRO DA HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ano 2 | Número 3 | Agosto 2010 | Contagem - MG



PREFEITURA CONTAGEM

Uma cidade cada dia melhor.

Uma cidade cada dia melhor.

Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Museu Histórico de Contagem

Praça Vereador Josias Belém, 1

Sede - Contagem - MG

CEP: 32017-670

Telefone/fax: 31 3352-5323

E-mail: casa.cultura@contagem.mg.gov.br

www.contagem.mg.gov.br/cultura/casadacultura

ISSN 2177471-4

FICHA TÉCNICA

Por Dentro da História

Realização: Prefeitura Municipal de Contagem
Execução: SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura.

Prefeita de Contagem
Marília Campos

Vice-prefeito de Contagem
Agostinho da Silveira

Secretário de Educação e Cultura
Lindomar Diamantino Segundo

Coordenador de Cultura
Rogério Henrique da Silva

Coordenadora de Políticas de Educação Básica
Maria Elisa de Assis Campos

Diretora de Memória e Patrimônio Cultural
Joelma Reis

Gerente Regional de Cultura Petrolândia
Renata Miranda Alves de Almeida

Equipe da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural
Adebal de Andrade Júnior
Alexandra de Oliveira Maronda Ponsá
Carolina Dellamore Batista Scarpelli
Gislene da Silva Portilho
Julia Carolina da Cunha
Maria Cristina César
Wanderson Ka Ribas

Projeto gráfico
Mário Fabiano
Daniel Renna

Ilustrações
Hyvanildo Leite
Henrique Dias

Capa
Adebal de Andrade Júnior
Alexandra de Oliveira Maronda Ponsá
Joaquim Montiel

Revisão
Aidalice Ramalho Murta

CONTAGEM:
MEMÓRIA E HISTÓRIA

Contagem se aproxima do ano do centenário de sua primeira emancipação política. Uma data para se comemorar e uma importante oportunidade para a reflexão sobre a cidade em que vivemos e qual desejamos para o futuro.

Para essa reflexão é fundamental a consciência de que nossa cidade é um caleidoscópio cultural, com uma diversidade cultural que nos enriquece e nos enche de orgulho. Possui uma longa história que envolve tropeiros, bandeirantes, africanos e portugueses, o que resulta em um rico patrimônio expresso em paisagens culturais compostas por edificações, elementos naturais (como as jabuticabeiras) e as manifestações religiosas, os saberes e ofícios da população. Também não podemos esquecer do rico patrimônio industrial que Contagem preserva, símbolo do processo de industrialização que se iniciou em 1941, com a implementação da cidade Industrial "Juventino Dias".

E é com o sentimento de orgulho que consolidamos a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira como Museu Histórico de Contagem. Um equipamento cultural que valoriza as identidades do nosso povo e permite aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a nossa memória.

É por reconhecer a importância de nossa história e de nosso patrimônio cultural que promovemos a implantação do Museu Histórico. Sabemos que nada se constrói sem uma sólida base e, para nós, contagenses, esse alicerce fundamental é a nossa história. Não apenas a história dos fundadores ou heróis, mas de nossa gente; as mulheres e os homens que forjaram e construíram, efetivamente, nossa cidade.

Pessoas comuns, mas de grande valor, como os feirantes do bairro Amazonas, os operários que desafiaram a ditadura militar, em 1968, e nossos Mestres da cultura popular, todos contemplados nesse número da revista Por Dentro da História; uma publicação que divulga o patrimônio cultural da cidade, sua história, e chega às mãos dos educadores de Contagem que, com suas habilidades, faz da revista um importante instrumento para construção de uma educação de qualidade em nosso município. Boa Leitura!

Lindomar Diamantino Segundo
Secretário de Educação e Cultura

Marília Campos
Prefeita de Contagem

EDITORIAL

Chegamos ao terceiro número da revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", cujo objetivo principal é afirmar a prática da Educação Patrimonial como recurso pedagógico para a formação de cidadãos capazes de intervir na sua realidade com autonomia, de forma consciente, desenvolvendo, por extensão, o sentimento de pertencimento destes à sua cidade.

Neste número, mantivemos o espaço reservado a artigos escritos por educadores da cidade, das redes públicas municipal e estadual e da Fundação de Ensino de Contagem - Funec. Acreditamos que a Revista é um veículo que permite aproximar a produção intelectual dos educadores com o meio acadêmico, bem como facilitar a troca de experiências entre educadores e gestores. Artigos de pesquisadores ligados à temática da Educação Patrimonial também estão presentes na Revista, como dos historidores Vanessa Barboza de Araújo e Carlos Rangel.

A novidade deste número é a publicação de textos produzidos por estudantes de escolas da cidade, a partir de atividades de Educação Patrimonial, desenvolvidas pelos educadores. Também estão cordéis, poesias e memórias sobre a história da cidade produzidas por moradores de Contagem. Destacamos que esse espaço é reservado aos educadores, por isso reiteramos o convite a todos eles a colaborarem com os próximos números, enviando seus artigos e textos para a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, onde funciona a Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural, cuja equipe é responsável pela seleção e produção de material para a revista.

Dando continuidade, neste número da revista, à apresentação dos bens tombados de nossa cidade, retratamos o Centro Cultural Francisco Firmo de Matos Filho e seus três casarões, as casas Rosa, Amarela e Azul. O patrimônio imaterial é contemplado com um texto sobre os Mestres da cultura popular e um sobre a Feira do Bairro Amazonas. Também recuperamos, neste número, a memória do Senhor Hercílio, conceituado farmacêutico de Contagem.

Esperamos contribuir uma vez mais para a qualidade da educação em nossa cidade, esperando que a temática da Educação Patrimonial esteja cada vez mais presente nas salas de aula e ambientes escolares. É nosso desejo que esta revista possa servir, de fato, à construção de uma sociedade mais justa, feliz, que respeita e valoriza seu Patrimônio Cultural. Boa leitura!

Equipe Técnica da Diretória de Memória e Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

6 A CONTRIBUIÇÃO DOS MUSEUS HISTÓRICOS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

9 O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

11 A GREVE DE ABRIL DE 1968 EM CONTAGEM

15 PATRIMÔNIO, NARRATIVAS E IDENTIDADES COLETIVAS: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA

19 ELZA FOULY E A TURMA DO CONTAGITO: UMA RELAÇÃO DE AMIZADE

22 PATRIMÔNIO IMATERIAL: MESTRES DA CULTURA POPULAR

26 O FARMACÊUTICO DE CONTAGEM

30 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

31 CENTRO CULTURAL PREFEITO FRANCISCO FIRMO DE MATTOS FILHO

35 HOJE É DIA DE FEIRA

Memórias e histórias de Contagem

Contagem das Abóboras

Renato Tomaz Michel Coutinho

A Coroa Portuguesa
Com nosso país ocupado
Mantinha o Brasil – Colônia
Totalmente controlado
Todo bem e produção
Era contado e tributado

Aqui cruzavam duas rotas
O Registro da Encruzilhada
Considerado um local ideal
Do viajante fazer parada
Também de um posto fiscal
Para a carga ser contada

Para que as Comarcas
Cumprissem a obrigação
Com o fiscal da Coroa
Era feita a verificação
E procedida a contagem
De toda a produção

Em razão do lugarejo
Ser rota de passagem
E um local propício
De fazer uma checagem
É que surgiu o nome
Da cidade de Contagem

Contam que a cidade
Não teve fundadores
Quem construiu Contagem
Foram os trabalhadores
Em busca de oportunidade
Os grandes precursores

O Município se originou
De um pequeno povoado
Eram os homens das Bandeiras
Com escravos e bem armados
Os exploradores a procura
De pedras e metal dourado

O apelido das abóboras
Como antes era chamada
Se deu devido a fruta
que na época era plantada
Pelos heróis bandeirantes
Demarcando onde passava

Foi erguida uma capela
São Gonçalo do Amarante
Conhecido na região
Como protetor do viajante
Hoje no lugar construída
Uma igreja elegante

Em mil novecentos e onze
Foi elevada de arraial
À condição de município
Um local que era rural
Hoje está entre as quatro
Maiores da Capital

Para superar o atraso
Econômico mineiro
O então governador de Minas
Doutor Israel Pinheiro
Inaugurou a Cidade Industrial
Atraindo emprego e dinheiro

O progresso foi rápido
Teve bom planejamento
Logo foi instalada a Itaú
Grande fábrica de cimento
Que junto da Magnesita
Marcou o desenvolvimento

Depois foi implantado o CINCO
Centro Industrial de Contagem;
E a CEASA de Minas Gerais
Escolhido aqui para a montagem
Que é orgulho da cidade
Por receber essa homenagem

Contagem ficou marcada
Todos devem se lembrar
Da greve dos metalúrgicos
Em pleno regime militar
Somou a democracia
Mais história para contar

O surgimento do Eldorado
Verdadeiro centro comercial
Fez da Avenida João César
Grande e importante radial
Ligando com a Via Expressa
Ao centro da capital

As fábricas existentes
Que geravam poluição
Ou foram extintas
Ou receberam imposição
De adequar suas máquinas
Para a nova condição

Hoje a cidade cresceu
Ficou em melhor condição
Temos metrô de superfície
Que facilita a condução
E muitas linhas de ônibus
Fazendo a integração

Contagem tem a feirinha
De artesanato mineiro
Todo sábado e domingo
Só de produto caseiro
Onde se compra de tudo
Sem gastar muito dinheiro

Contagem tem: o Eldorado, o JK
Santa Cruz, Maria Conceição
Bernardo Monteiro, Água Branca
Glória, Riacho, São Sebastião
Perobas, Beatriz, Fonte Grande
Três Barras e o Parque São João

Tem o Itaú e o Big Shopping
Muita Jabuticabeira
A linda Vargem das Flores
Que é uma obra mineira
A eficiente Transcon
E o Cartório Nogueira

A José Faria da Rocha
Que circula o progresso
A pracinha da Glória
Renovada com sucesso
E a Guarda Municipal
Coibindo os excessos

A famosa Casa de Cacos
Que aqui foi construída
Verdadeira obra de arte
Não pode ser esquecida
Foram mais de vinte anos
Para que fosse concluída

Gente que tem seus negócios.
Seus empregos, suas crenças.
Gente que vai ao Iria Diniz
Para tratar suas doenças.
Gente que não paga imposto
E tem várias recompensas

Isto posto povo amigo
Cidadão de coragem
Eu dedico este cordel,
Uma simples homenagem
Aos lutadores destemidos
Moradores de Contagem

Museu Histórico de Contagem Casa da Culutra Nair Mendes

A CONTRIBUIÇÃO DOS MUSEUS HISTÓRICOS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

*Vanessa Barboza de Araujo**

Nas últimas três décadas, no Brasil, principalmente a partir da redemocratização, nos anos de 1980, abriu-se uma grande discussão sobre o ensino da História. A abordagem crítica, questionadora da verdade histórica, dos grandes feitos e heróis, ganhou espaço e contribuiu para que as reflexões acerca da História Local fossem ampliadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíram a temática da História Local em suas proposições e, neste momento, o Projeto de Lei 155/2008, em tramitação na Comissão de Educação do Senado, trata de assegurar a inscrição desse tema nos currículos das escolas.

Essa obrigatoriedade, no entanto, não garante que as potencialidades do tema sejam exploradas e contribuam para o processo de construção identitária e desenvolvimento de um olhar crítico sobre a realidade local. A escassez de fontes de pesquisa e o tratamento dado a essa temática nos manuais de fácil acesso apresentam-se como grandes desafios para o ensino da História Local. Em sua maioria, os professores apóiam-se em livros didáticos e esses desconsideram as especificidades de cada região, as diversidades étnicas, geográficas, históricas, culturais e tantas outras.

Os museus históricos das cidades podem se apresentar como grandes colaboradores no processo de discussão acerca dos aspectos culturais e históricos locais. Assentados no discurso museológico contemporâneo, que concebe o museu como espaço de reflexão e debate, comprometido com os interesses do público e com a transformação social, eles devem contribuir para o conhecimento da cidade, entendendo-a como lugar de múltiplas temporalidades, memórias e experiências coletivas justapostas.

Tanto por meio de seu acervo institucional ou tomando a própria cidade como objeto de estudo, os museus podem ser grandes aliados na promoção de estudos da História Local, estimulando o cidadão a refletir historicamente sobre o local onde vive; ampliando as possibilidades de construção identitária e contribuindo para a reflexão crítica da realidade social.

Museus históricos e documentos

A visita a um museu histórico é uma oportunidade de descobrir a cultura de sociedades ou de grupos sociais em determinada época e lugar. Os objetos guardados pelos museus podem revelar hábitos, costumes e valores dessas sociedades. Assim, eles são encarados como documentos, suportes de informações que nos possibilitam conhecer as sociedades.

Nesse sentido é fundamental assumir uma postura mais crítica e reflexiva diante do museu. Atitudes de simples curiosidade e reverência diante das "coisas do passado" ainda são muito freqüentes. A dimensão plena de documento e, como tal, instrumento para o conhecimento da história e compreensão do presente, é alcançada somente quando o sujeito estabelece um diálogo com o objeto. É nessa relação dialógica que o objeto torna-se gerador de reflexão histórica.

Ao dissertar sobre a relação entre os museus e o ensino de história, Francisco Régis Lopes RAMOS trata da necessidade de se desenvolver habilidades para investigar, analisar e interpretar os bens culturais, afirmando que

Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. (2004: 21)

O autor irá sugerir que a pedagogia da pergunta contida na *palavra geradora* de Paulo Freire seja apropriada pelos museus e escolas por meio de trabalhos com *objetos geradores.* Segundo RAMOS,

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. (2004: 32)

As perguntas aguçam nosso olhar, chamam nossa atenção para aspectos que muitas vezes não se observam facilmente. As características morfológicas, tecnológicas e funcionais contidas nos objetos são reveladoras de aspectos da sociedade que os produziu, usou e mesmo interrompeu sua utilização. Ao refletir sobre essas questões os visitantes ultrapassam o papel de mero observador para participarem ativamente da construção de conhecimentos. Adquirem habilidades para ler e interpretar exposições.

Esse exercício de interpretar os bens culturais atribuindo-lhes sentido encontra assento na Educação para o Patrimônio, que implica construir as bases de uma sociedade que respeite o passado, as tradições e as diferenças, valorize a diversidade cultural e comprometa-se com a preservação do patrimônio.

Edificações como documentos históricos: o caso do Casarão do Museu Histórico Abílio Barreto

Se o museu guarda objetos, o próprio prédio do museu pode ser um objeto museológico localizado no espaço urbano. A arquitetura expressa nas suas obras as características da sociedade que a concebeu. As técnicas construtivas, as formas de ornamentar, a distribuição dos cômodos e suas funções dizem muito sobre o modo de vida e as concepções das pessoas daquela época e lugar. Sendo assim, as próprias edificações constituem-se em documentos históricos e podem fazer parte das coleções dos museus. No Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB),

Lilian Leão

Museu Histórico Abílio Barreto em Belo Horizonte

o Casarão, que abrigou a sede da instituição por 55 anos, integra a Coleção Arquitetura e constitui importante fonte histórica para estudo do Arraial do Curral del Rei.

O Casarão do MHAB é um exemplar típico da arquitetura rural mineira. Foi construído em 1883 para ser sede de uma das fazendas mais produtivas da região do Arraial do Curral del Rei: a Fazenda do Leitão. Expressa o universo material de uma sociedade e de uma época, traduzido em sua técnica construtiva, na disposição de seus cômodos e nas possibilidades de seu uso misto, como moradia e estabelecimento produtivo agrícola.

Remanescente arquitetônico do povoado que desapareceu para viabilizar o projeto da Nova Capital mineira, executado entre 1893-1897, a edificação está gravada no imaginário dos moradores de Belo Horizonte e constitui-se em relevante objeto gerador de reflexão histórica. Tratar a casa como *objeto gerador*, como sugere RAMOS, significa interpretá-la, analisá-la como vestígio da sociedade que a produziu.

Quais foram os materiais utilizados na construção do Casarão? Como esses materiais eram adquiridos? Qual a técnica utilizada? O espaço geográfico e a cultura local interferem nos sistemas construtivos adotados? Por que os quartos eram conjugados? O que podemos aferir sobre valores como a intimidade e a privacidade, na época? E a alcova? Qual a função desse cômodo situado no centro da edificação e que não possui comunicação externa? Como se processava a higiene, diante da ausência de banheiros? O que sugere o grande número de janelas? Qual a relação entre a iluminação e o número de janelas do Casarão? Como se dava a preparação e conservação dos alimentos? Por que a área reservada à cozinha era tão ampla? São apenas os fatores tecnológicos que influenciam as mudanças nas formas de morar?

8ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS

Registramos um acontecimento muito especial: a participação do Museu Histórico de Contagem na 8ª edição da Semana Nacional de Museus. Esse evento, distribuído em várias cidades, foi promovido pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus – e contou, na nossa Casa da Cultura, com uma Mesa Redonda, cujo tema foi "Museus Históricos – Desafios e Perspectivas", com a participação da pesquisadora e professora Mariza Guerra de Andrade; da coordenadora do Museu Paulo Araújo Moreira de Betim, Marilene Castanha; da historiadora Vanessa Barboza Araújo, do

Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte, que participa deste número da revista com um artigo; e a historiadora Carolina Dellamore, membro do Núcleo de Patrimônio Imaterial do Museu Histórico de Contagem.

Outra atividade realizada foi o Café Cultural, que apresentou as ações desenvolvidas pela Casa da Cultura como Museu Histórico de Contagem, o que criou oportunidade para que mais pessoas frequentem esse Museu.

O olhar indagador não se limita às questões do passado e se põe a refletir sobre o presente:

Em que as residências atuais se distinguem do Casarão? Quais valores da nossa sociedade influenciaram nas transformações das moradias? As construções atuais estão levando em consideração a preservação do meio ambiente quando da escolha dos materiais e processos construtivos? Estratégias ecologicamente sustentáveis estão sendo usadas?

Essa proposta de exploração do Casarão demonstra o valor da arquitetura como suporte de informações e importante fonte de pesquisa para trabalhos alicerçados na História Local. De acordo com RAMOS,

> *Procedimentos dessa natureza desenvolvem o saber histórico através dos objetos, criam condições para a constituição de problemáticas históricas a partir do cotidiano vivido. Desse modo, vai se compondo uma pedagogia dos objetos como prática envolvida na pedagogia da pergunta e da indignação. (2004:35)*

Protegidas muitas vezes por tombamentos nas instâncias estadual e federal, as edificações, em sua maioria, são pouco exploradas pelo público que não está apto para fazer a leitura dos documentos. Nesse sentido, não basta conservar materialmente as edificações, é preciso produzir pesquisas sobre esses bens e capacitar o público para a investigação e apropriação dessa herança cultural.

O espaço urbano e o ensino da História Local

Filiadas às novas tendências da museologia, que propõem que os museus ultrapassem o colecionismo e ampliem suas linhas de atuação, muitas instituições museais abriram-se para o entorno no qual estão inseridas e incorporaram questões contemporâneas em suas ações. A própria cidade e sua dinâmica, tornaram-se objetos de estudo dos museus históricos. Nessa perspectiva, suas ruas, praças, edificações e monumentos são tratados como documentos e consolidam-se como testemunhos de experiências e tempos diversos.

As pesquisas realizadas pelos museus podem estimular a sociedade a investigar a cidade e despertar seu interesse pela vida cotidiana dos centros urbanos. Um rico exercício de interpretação da cidade é percorrer seu centro a pé, explorando o traçado de suas ruas, as edificações e espaços públicos. Não só os edifícios históricos são fonte de aprendizagem e merecem uma contemplação atenta, mas todo o conjunto urbano é fonte de reflexão histórica.

Para Antônio Luiz Macêdo e SILVA FILHO, a investigação minuciosa do centro urbano, que constitui um requisito ao conhecimento histórico e cultural, só se concretiza por meio do caminhar:

> *Aqui defendo uma distinção entre o* **caminhante** *– agente de improvisos constantes, traçados variáveis e rastros fugidios – e o* **passante** *– indivíduo desapegado do ambiente social que o rodeia, amplamente integrado no sistema de regras voltadas ao deslocamento eficiente, separado dos lugares que percorre. Quase sempre nos deslocamentos enquanto passantes, por vezes deliberadamente desatentos às construções, monumentos, pessoas, atividades, sonoridades, marcos simbólicos que nos circundam. Mas é sob o signo da lentidão, do passo desatrelado de obrigações rígidas, livre do relógio e do mapa, que o caminhante vem à existência. Em suas perambulações pelo centro, ele consegue, num aprendizado sutil e diligente, mobilizar fragmentos materiais de outros tempos, convertê-los na matéria-prima das memórias, dos espaços e das culturas urbanas. (2003:19)*

Em seu itinerário, o *caminhante* perceberá os caminhos espontaneamente criados pela população, as intervenções impostas pelo planejamento das cidades, os usos diversos conferidos os espaços públicos, as apropriações variadas realizadas pelos sujeitos, ou seja, a diversidade do vivido que se esconde em cada rua, em cada esquina, em cada novo atributo que compõe o espaço urbano.

O ensino da História Local apresenta-se como oportunidade ímpar para se revelar a historicidade impregnada nas ruas, praças, edificações e espaços públicos da cidade. A multiplicidade de tempos e espaços que se constituem na vida cotidiana está expressa no emaranhado da cidade. Dessa forma, tomar o espaço urbano como ponto de partida para o estudo do local pode gerar um encontro significativo entre o sujeito e a cultura urbana, alterando a sua forma de olhar a cidade e de nela intervir.

* Historiadora, Coordenadora do Setor Educativo do Museu Histórico Abílio Barreto / Fundação Municipal de Cultura / Prefeitura de Belo Horizonte.

Referências bibliográficas

GRINSPUM, Denise. Educação para o patrimônio: museu de arte e escola – responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. 131p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade X a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v.5, n 8/9, p. 197 - 205, 1984.

MUSEU PAULISTA. Como Explorar um Museu Histórico. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Danação do Objeto: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. A cidade e o Patrimônio histórico. Cadernos Paulo Freire, v.1. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará, 2003.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Práticas culturais e práticas escolares: aproximações e especificidades no ensino de história. História & Ensino, Londrina, v.9, p. 185 – 204. out. 2003.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

*Carlos Henrique Rangel**

O patrimônio cultural pode ser entendido como um conjunto de coisas de seres humanos. Coisas de gente, criadas para facilitar a vivência em grupo e a sobrevivência nos espaços que lhes foram destinados. Pode ser entendido também, como produto de uma construção coletiva, dinâmica e viva, produzida ao longo do tempo em um espaço definido. Ou seja, vinculado à memória e à construção de uma identidade e, por este motivo, deve ser preservada. Essa preservação, e consequente conservação, manutenção e continuidade, depende do envolvimento de todas as pessoas, individual e coletivamente.

Cada ser humano é o que deve ser. E pode ser mais. E o que é relaciona-se com o que foi, com os que foram, com os que construíram... O que é relaciona-se com o passado, com as coisas do passado, com o que foi feito no passado e continua presente.

O Ser é fruto e construção de outros seres. Somatória, complemento, continuidade. Cada ser humano carrega em si o seu mundo e, para onde for, onde estiver, lá também estarão sua família, sua rua, sua igreja, sua praça, seu bairro, sua crença, sua terra. Cada ser é um representante vivo de sua cultura, do seu Patrimônio. Cada ser humano é ser plural, o produto de uma cultura diversa e rica no modo de ser, fazer e viver. Cada ser importa.

Ações educativas ou sensibilizadoras das comunidades detentoras de bens culturais ocorrem desde os primeiros tempos do IPHAN, órgão federal de proteção do patrimônio cultural, criado em 1936, em caráter provisório e consolidado a partir da Lei Federal n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e pelo Decreto Lei n.º 25 de 30 de novembro, de 1937. No entanto, essas ações careciam de objetividade e planejamento que permitissem uma continuidade.

No Estado de Minas Gerais, após a criação em setembro de 1971, do órgão estadual de proteção do patrimônio cultural, o IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais -, a situação não foi tão diferente. No início dos anos 80 (1983), a instituição criou o programa PAC – Política de Ação com as Comunidades – cujo principal objetivo era o de romper com o paternalismo estatal. A política de atuação do PAC partia do pressuposto de que todo bem cultural é "uma referência histórica necessária à formulação e realização do projeto humano de existência" .

> *A condição necessária, para que esse modo de atuação funcione plenamente, é a de que as comunidades locais possam se assenhorar não apenas de seus valores culturais, mas também dos tributos que lhes escapam das mãos. (...) Desse modo, a criação e o desenvolvimento de entidades locais, encarregadas do patrimônio local e sustentados pelas próprias comunidades, aparecem como variável estratégica, capaz de equacionar o problema da deterioração do acervo cultural de Minas. Uma das metas fundamentais da Política de Atuação com as Comunidades do IEPHA/MG é, precisamente, a de fomentar a criação e o desenvolvimento daquelas entidades.*

Nesse sentido, cumpre-lhe oferecer às comunidades locais, subsídios para que possam se organizar de modo adequado.

O PAC, antes mesmo da chegada do conceito ao Brasil, já era efetivamente um programa de Educação Patrimonial. Mais tarde, em 1994, o IEPHA/MG criou o projeto "Educação Memória e Patrimônio", que durou cerca de quatro meses em duas escolas estaduais – Escola Estadual Barão de Macaúbas, em Belo Horizonte, e Escola Estadual Zoroastro Vianna Passos, em Sabará.

Recentemente, durante o ano de 2007, o IEPHA/MG desenvolveu dois programas pilotos nas cidades de Pitangui e Paracatu, utilizando uma nova metodologia de trabalho voltada, principalmente, para a capacitação e monitoramento de projetos criados pelos diversos grupos sociais envolvidos. Paralelamente, foi executado, a partir de 1995, o ICMS Patrimônio Cultural, programa de descentralização da proteção do patrimônio cultural vinculado à lei estadual 13.803/00, atual lei 18030/09, denominada "Lei Robin Hood", o qual repassa recursos do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) para os municípios que investem na preservação do patrimônio cultural, pontuando ações planejadas de Educação Patrimonial. Todavia, por ser ainda uma iniciativa nova, muitas dúvidas pairam sobre o tema Educação Patrimonial e, principalmente, quanto ao seu desenvolvimento. Entretanto, para nós, educar é alimentar e ser alimentado, é se dar ao outro e também receber. Educar é troca, é transbordar, mas também se preencher. E, nessa dialética, a transformação é mútua. Por isso, entendemos a Educação Patrimonial como um trabalho permanente com o envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos marcos e manifestações culturais, compartilhando responsabilidades e esclarecendo dúvidas, construindo conceitos e, ao mesmo tempo, divulgando trabalhos técnicos pertinentes e seus resultados. Ela visa, principalmente, a fortalecer a autoestima das comunidades, através do reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos. A Educação Patrimonial é um trabalho de "autodespertar" motivado, que tem como temática toda a produção cultural de uma comunidade ou grupo social. Esse processo educacional, formal e informal, utiliza situações e ações que provocam reações, interesse, questionamentos e reflexões sobre o significado e valor dos acervos culturais e sua manutenção e preservação.

A Educação Patrimonial deve nos motivar a pensar acerca de nós mesmos e do mundo que nos cerca. Principalmente, ela deve trabalhar todos os sentidos humanos:

- o olhar, para que se possa entender e compreender o que se vê, para compreender o gostar e o não gostar do que é visto;
- a audição, para que se possa saber ouvir e refletir sobre o que se ouve.
- o olfato, para saber o mundo com seus cheiros e seus significados a que essas sensações remetem o sujeito.
- a percepção tátil, para sentir as coisas, sua temperatura, a textura, a maleabilidade, a função estética.
- os modos de expressão verbal e não verbal, para se exprimirem os sentimentos, dúvidas, anseios e ideias, com propriedade, utilizando a fala ou a escrita tanto quanto a linguagem do próprio corpo.

A Educação Patrimonial pode levar o ser humano a compreender a si mesmo assim como entender o porquê das coisas e a razão de ele estar aqui, além de entender tanto o seu modo de vida, seu mundo particular, como seu mundo coletivo, estabelecendo a relação entre esses universos. Por isso, a Educação Patrimonial deve ser entendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações que tem como principal objetivo a valorização dos indivíduos e das comunidades e toda a sua produção cultural. É um processo de autoeducação e sensibilização que, utilizando o acervo cultural, visa a eliminar a miopia cultural, despertando sentimentos e conhecimentos adormecidos que fortalecerão o senso de pertencimento, de compreensão, de responsabilidade dos sujeitos como elementos de um grupo, de uma sociedade, de uma comunidade, de um lugar.

Os princípios norteadores das ações de Educação Patrimonial são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e a apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e o aprimoramento da vida em sociedade. Disso resulta a sensibilização da sociedade para uma mudança de atitude, passando de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo. Afinal, por meio da educação, é possível produzir a compreensão, através da qual se pode proporcionar a apreciação e desta, chegar-se à proteção.

Com a Educação Patrimonial, é possível alcançar a preservação do patrimônio cultural, praticada pela sociedade como um todo – poder público, iniciativa privada e comunidades. Nesse aspecto, ganham espaço as diversidades culturais, o que resulta em aprender a viver em sociedade e respeitar as diversidades culturais e aprender a ser, desenvolvendo a capacidade crítica, emocional e criativa.

Mesmo sendo lúdicas e espontâneas, as atividades e ações de Educação Patrimonial não podem dispensar o planejamento. Devem seguir um projeto estruturado, com princípio meio e fim, com apresentação, justificativa bem definida, definição do público–alvo, objetivos claros, metodologia detalhada em atividades e ações, cronograma, orçamento, com definição da equipe que vai trabalhar e dos produtos que se pretende alcançar.

Ao final do projeto, avaliações e relatórios devem ser produzidos para otimizar as ações futuras deste ou de outros projetos que, por ventura, sejam elaborados. Dessa forma, as atuações na Educação Patrimonial serão cada vez mais eficientes e alcançarão o objetivo principal que é o envolvimento das comunidades na preservação do patrimônio cultural e, consequentemente, na sua construção como cidadãos.

* Historiador e Diretor de Promoção do IEPHA/MG.

A GREVE DE ABRIL DE 1968 EM CONTAGEM – UMA INTRODUÇÃO

"Barriga vazia é tambor de revolução;
e o que arrocha mais é a barriga dos filhos".
João Anunciato Reis (o Canela), Ex-metalúrgico da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE)

*Rogério André Barbosa**

No dia 16 de abril de 1968, grande parte dos metalúrgicos da chamada Cidade Industrial, em Contagem/MG "cruzaram" os braços, na expectativa de verem atendidas suas principais reivindicações. Naquele dia, assistiu-se ao surgimento de uma greve nascida no interior das fábricas e que atingiu quase 16 mil, dos mais de 21 mil trabalhadores que atuavam na Cidade Industrial naquele ano.

Segundo a socióloga Yonne de Souza Grossi (1979, p. 56), que estudou a greve de Contagem, os operários da Cidade Industrial que aderiram ao movimento grevista reivindicavam, além de um aumento salarial, melhores condições de trabalho. Uma das pautas que foram fixadas pelos trabalhadores à época (quando da visita do Ministro do Trabalho, - Cel. Jarbas Passarinho), definiu em imediatos 60% de aumento salarial, na tentativa de recompor as perdas sofridas, no período, pela classe trabalhadora.

Conforme o cientista político Francisco Correia Weffort, em seu estudo, a greve teve início às sete horas da manhã do dia 16 de abril de 1968 "... na seção de trefilaria da Belgo Mineira e aí chegou a atingir 1.200 operários". (WEFFORT, 1972, p. 37). Desde o início, os operários decretaram o estado de greve e passaram a ocupar aquela seção da empresa.

De acordo com o depoimento do presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda[1], essa foi a primeira greve de que se tem notícia no país, em que se utilizou do recurso da "ocupação de fábrica" como uma das formas de manifestação grevista.

Francisco Weffort (1972, p. 37) afirma que, após a decretação da greve, os operários criaram uma organização interna no movimento para conduzir suas ações e, dessa forma, buscar mobilizar as massas operárias, para que o movimen-

1 Entrevista concedida na Revista TEORIA E DEBATE "1968 – O que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?". Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Edição Especial. Ano 21. Maio de 2008.

to se ampliasse e durasse, pelo menos, uma semana.

O autor (*ibid*) também afirma que foram eleitos, para compor a comissão, 25 trabalhadores entre eles, que visava a representá-los no diálogo que seria travado com os diretores da empresa – sendo que alguns destes acabaram ficando detidos no interior da fábrica pelos grevistas, no momento de sua ocupação.

O que se percebe desse fato inicial foi que os órgãos de imprensa foram todos "tomados de surpresa", pois como não haviam sido informados anteriormente de nenhuma reivindicação ou movimento dos trabalhadores da região marcados para aquele momento, por isso "passaram a noticiar com detalhe o andamento dos acontecimentos, mas não oferecem informações que permitam reconstituir a origem da greve no interior da empresa". (Weffort, p. 37).

Logo cedo, houve uma primeira reunião realizada entre os grevistas e os diretores da fábrica, quando estes últimos propuseram um aumento imediato de 10% para os operários – o que foi recusado prontamente, – e, então, passaram a exigir um reajuste de 25% sobre o salário praticado na época, além do mesmo percentual a ser pago sobre as horas trabalhadas no período noturno. Diante do impasse gerado, ocorreu o primeiro rompimento de diálogo entre os grevistas e a direção da empresa.

De acordo com Yonne Grossi (1979), o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ao ser surpreendido pelos acontecimentos (já que não era o responsável pela deflagração do movimento, e nem foi diretamente informado sobre o andamento das atividades dos grevistas), passou a buscar informações relativas à greve e, posteriormente, assumiu politicamente a liderança do movimento. Por outro lado, Francisco Weffort relata em seu trabalho que o então presidente do sindicato dos metalúrgicos declarou-se surpreso pelo ocorrido, tendo afirmado na ocasião que "... a greve começara sem que ninguém soubesse de nada". (WEFFORT, 1972, P. 37).

Acervo Marcelo Pinheiro/1968: ano ímpar

Movimento grevista na Belgo Contagem, 1968

Segundo Grossi (1979), enquanto o Sindicato não assumiu politicamente a greve, o movimento dos trabalhadores da Belgo-Mineira ficou isolado e sem apoio. Somente após tal posicionamento por parte das lideranças sindicais é que se assistiu a uma nova condução nas ações do movimento grevista.

A partir daí, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos foi chamada para compor o movimento e passou a servir de mediadora entre as partes. Conforme Weffort (1972) apresenta, ocorreu uma segunda reunião que acabou por também não chegar a lugar nenhum. Assim, o movimento que estava disposto a prosseguir, busca retomar "sua tarefa organizatória e estabelece grupos encarregados de manter a disciplina" (*ibid*, p. 38) no interior da fábrica, sendo que uma das medidas adotadas pela direção do movimento grevista foi a proibição do uso de bebidas alcoólicas.

De acordo com Francisco Weffort (*ibid*) já na tarde do primeiro dia da greve, representantes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), fizeram uma visita aos diretores da empresa, e os grevistas – confinados no interior da fábrica, – temeram que uma invasão policial estivesse sendo organizada, no intuito de acabar com a greve. Assim, grupos de segurança foram levantados pelos próprios trabalhadores na empresa, para que os grevistas ficassem atenteos a qualquer movimentação (ou até mesmo invasão) das forças repressivas do Estado. Além disso, já no fim daquele dia, os grevistas permitiram a entrada dos operários do segundo turno de trabalho na fábrica e estes, por sua vez, acabaram por também aderir à greve, engrossando ainda mais as fileiras do movimento.

No segundo dia, a greve foi decretada como ilegal pelo DRT, o que levou os trabalhadores a desocuparem a empresa e, daí, a se dirigirem para o seu Sindicato (dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem). Com isso, a Polícia Militar passou a ocupar a fábrica, impedindo que novas invasões acontecessem.

Assim, até o terceiro dia da greve, as autoridades permaneceram limitadas ao local onde a greve foi deflagrada. Naquele mesmo dia, ocorreu mais uma reunião entre as partes, dessa vez para discutir o dissídio instaurado pelo DRT, que também acabou por não dar resultados, dando a entender, pelo governo, que o movimento era apenas mais uma das greves de seção de fábrica, que não acarretaria maior gravidade para a região. (Weffort, 1972, p. 39).

Já no dia 19 de abril de 1968 – quarto dia da greve dos metalúrgicos da Cidade Industrial em Contagem –, outra empresa da região aderiu ao movimento. Dessa vez, foi a Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), com cerca de 500 trabalhadores. Francisco Weffort (1972, p. 40) afirma que, após esse fato, o Ministro do Trabalho foi forçado a dar suas primeiras declarações sobre a greve. Os operários da SBE, influenciados pelos eventos ocasionados pela greve e, ao aderirem ao movimento, realizaram a primeira paralisação de sua história. A reivindicação desses trabalhadores, a exemplo dos operários da Belgo-Mineira, também era de 25% de aumento, mas acrescentaram um protesto contra a lei de salários em vigor pelo governo ditatorial, além de uma manifestação de solidariedade aos

trabalhadores da companhia Belgo-Mineira, que iniciaram o movimento.

Segundo Weffort (1979, p. 39), "os operários da SBE também se dirigiram a um sindicato. Dessa vez, foram ao sindicato dos bancários, pois os operários da Belgo-Mineira já haviam, praticamente, ocupado o dos metalúrgicos".

Diante disso, observou-se que o movimento tendia a se ampliar cada vez mais, além de durar mais do que foi previsto e, tendo fracassado todas as tentativas de negociação, o evento começou a tomar uma dimensão nacional. Assim, vemos uma declaração do Ministro do Trabalho, Cel. Jarbas Passarinho, feita a um órgão de imprensa a época:

> *Em Belo Horizonte, sem cumprir qualquer dos requisitos legais e superando os próprios sindicatos, grupos provocadores fecharam a trefilaria da Belgo-Mineira, ocuparam esta seção da siderúrgica e mantiveram presos engenheiros da empresa sob o pretexto de obter um imediato aumento de salário. Depois de haverem concordado em desocupar a empresa, voltaram-se no sentido de obter o apoio dos trabalhadores de outras empresas situadas na chamada Cidade Industrial (...) Os boletins distribuídos falam em derrubar o governo e na formação de grupos de 5 para controlar as unidades da fábrica. Não se trata, pois, de movimento justificado, ou legal, ou tolerável, mas de pura e simples agitação (...) Apelo então para os líderes sindicais, sobre os quais jamais exerci pressão até aqui. Eles devem mostrar aos trabalhadores o perigo das medidas adotadas por aqueles que tentam envolvê-los hoje na Cidade Industrial, todas fora-da-lei; todas com o raríssimo objetivo de provocar a violência das autoridades, que devem manter a ordem de qualquer forma. (Jornal do Brasil, 20/04/1968).*

E, concluindo sua fala naquele momento, o ministro acrescentou:

> *Farei em Belo Horizonte todos os entendimentos necessários, disposto a dialogar ainda mesmo com aqueles que se utilizaram de processos equivocados para realizar seu protesto, mas determinado, decididamente determinado, a fazer cumprir a lei em benefício desta nação. (ibidem)*

De acordo com essa declaração, percebe-se que o governo iria tomar maiores providências. Segundo o historiador Marcos Napolitano (1998, p. 27), esse quadro que havia se instaurado configurava para o governo militar "uma guerra revolucionária". Daí, talvez, a posição tão dura e contundente observada na fala do ministro.

Mas, após assistir a essa declaração, mais uma empresa aderiu ao movimento grevista. A companhia Mannesman, com cerca de seus 4500 operários, engrossou a massa de trabalhadores descontentes na Cidade Industrial.

Acervo Marcelo Pinheiro/1968: ano ímpar

Movimento grevista
Contagem, 1968

Segundo Francisco Weffort (1972), após essa adesão, os trabalhadores formaram "uma Comissão de Greve e de piquetes, cuja missão seria a de tentar ampliar o movimento. [Diante disso] Seabra é designado Presidente da Comissão". (ibid, p. 44).

Esse operário – Ênio Seabra, da Mannesman, – foi o mesmo que disputou em 1967 a eleição para a direção do sindicato dos metalúrgicos da região. Apesar de ele ter sido integrante da chapa que saiu vitoriosa no pleito, posteriormente, seu nome foi vetado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), devido ao rígido controle imposto pelo governo aos órgãos sindicais, que impediam de assumir a direção dos sindicatos aqueles elementos considerados "perigosos" pelo Estado.

Conforme relata Francisco Weffort (1972), a comissão, encabeçada pela Mannesman, começou a funcionar apenas dois dias após sua formação, pois apareceram novas adesões de outras empresas ao movimento grevista.

Assim, no dia 20 de abril, o Ministro do trabalho chegou a Belo Horizonte e passou a se inteirar melhor sobre como se processava o evento. Ele descobriu que a greve havia atingido três grandes empresas da região e englobando, aproximadamente, 6000 trabalhadores.

Então, o ministro se dirigiu para o Sindicato dos Metalúrgicos, onde se encontrava boa parcela dos trabalhadores parados, e procurou de imediato iniciar as discussões que pudessem por fim ao movimento

iniciado na região.

Weffort afirma que:

> *imediatamente após a visita à diretoria do Sindicato, o Ministro tratou de falar diretamente aos trabalhadores reunidos em assembléia. Enfatizou sua intenção de diálogo e tentou esclarecer a posição do governo em relação à política salarial, mas assinalou igualmente o caráter ilegal do movimento e as implicações políticas deste fato. (ibid, p. 45)*

Apesar disso, os trabalhadores não acataram suas explanações e chegaram, inclusive, a vaiá-lo, quando o ministro afirmou que uma nova lei, que versava sobre os salários, sairia até junho daquele ano, possibilitando um aumento imediato de 6 a 8% para os trabalhadores.

Mas, segundo um órgão da imprensa, este deu seu parecer sobre como se processou a reunião ocorrida naquele dia, divulgando uma declaração do Ministro:

> *se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas. (O Estado de São Paulo, 21/04/1968).*

Apesar da rígida posição apresentada pelo ministro, no dia seguinte (21 de abril de 1968), ocorreu a adesão de mais três outras empresas: a RCA Victor, a Industam e a Demisa, que se juntaram aos mais de 2300 operários restantes das demais seções da companhia Belgo-Mineira, demonstrando um embate de forças entre a posição oficial defendida pelo governo (através do Ministro do Trabalho) e os metalúrgicos da Cidade Industrial insatisfeitos, que aparentavam não aceitar as ameaças do governo federal.

Weffort (1972, p. 47)afirma que "no mesmo dia o Ministro anuncia a preparação de uma proposta de conciliação que é acompanhada da seguinte afirmação: 'a recusa da proposta significa declaração de guerra'. A proposta que veio a ser apresentada oferecia um imediato abono de 10% aos trabalhadores, mas não seria deduzido no próximo reajuste salarial.

Apesar da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos ter se posicionado favoravelmente a essa proposta, os trabalhadores recusaram-na, mantendo o impasse que vinha se arrastando há cinco dias.

Conforme se pode acompanhar no texto de Francisco Weffort (*ibid*, p.48), a greve havia se ampliado ainda mais no dia 22 de abril de 1968, pois mais dez empresas aderiram ao movimento, aumentando consideravelmente o número de trabalhadores que decidiram parar suas atividades. "As novas adesões vêm da Simel (800 trabalhadores), Metalúrgica Belo Horizonte (800), Metalúrgica Triângulo (650), Pollig-Haeckel (500), Minas Ferro (500), Mafersa (360) e quatro outras empresas menores".

Nesse mesmo dia, ocorreu uma nova assembleia entre os trabalhadores que decidiram ampliar a Comissão de Greve, que havia sido formada no início do movimento, mas incluindo representantes das outras empresas que também aderiram à paralisação.

Conforme Weffort afirma (1972), chegou o dia seguinte e o Ministro do trabalho, Cel. Jarbas Passarinho, veio a público, fazendo um pronunciamento – utilizando-se de cadeia de rádio e televisão, – e, dirigindo-se aos grevistas e a toda a população, enfatizou que a decisão tomada pelo governo era conceder um abono de emergência aos trabalhadores parados, sem deixar de salientar o caráter ilegal da greve, dando a entender que o governo tomaria as devidas providências para por fim ao movimento.

Segundo Nilmário Miranda[2], "em cadeia de rádio e TV, Jarbas Passarinho declarou 'o início da guerra' contra os operários mineiros". Assim, buscando cumprir ordens vindas do governo, "... a Polícia Militar [passou] a ocupar a Cidade Industrial, [proibindo] assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua". (WEFFORT, 1972, p.49)

Os meios disponíveis para a manutenção do movimento dos metalúrgicos foram todos desarticulados, pois a comunicação entre eles foi extremamente prejudicada, somada à decisão adotada pela direção de várias das empresas afetadas pela greve de enviar representantes à casa de seus funcionários em greve, para chamá-los de volta ao trabalho, sob a ameaça de demissão.

Diante dessa situação, não restava alternativa aos trabalhadores a não ser voltar ao trabalho em suas respectivas empresas e, assim, o movimento grevista, iniciado no dia 16 de abril, aos poucos se dissolveu e a Cidade Industrial retomou suas atividades normais no dia 26 de abril de 1968.

Podemos averiguar, como saldo da greve, que ela conseguiu atingir – em seu ápice – aproximadamente 16.000 operários (de um total de mais de 21.000 trabalhadores), além de ter atraído a atenção das autoridades e de todo o país para as reivindicações levantadas pelos trabalhadores da região da Cidade Industrial, em Contagem/MG.

2 "1968 – O que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?" Revista TEORIA E DEBATE. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Edição Especial. Ano 21. Maio de 2008, pg. 18

* Rogério André Barbosa é Formado em História pelo Centro Universitário UNA (curso de licenciatura) em 2009. Lotado na Escola Municipal "Coronel Joaquim Antônio da Rocha" como auxiliar de biblioteca escolar, desde o ano de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GROSSI, Yonne de Souza. As Greves em Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica. In: Cadernos Movimentos Populares. Belo Horizonte, DCP-UFMG, outubro de 1979, p. 48-60.

NAPOLITANO, Marcos. O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985. Atual Editora: São Paulo, 1998.

WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco – 1968. In: Cadernos CEBRAP, São Paulo, nº. 5, 1972.

PATRIMÔNIO, NARRATIVAS E IDENTIDADES COLETIVAS: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA

*Ronaldo Teodoro Santos**

Das muitas discussões que envolvem o tema da memória coletiva, a dimensão patrimonial é base estruturante. Como, via de regra, a história patrimonial está vinculada a um debate que se ocupa da preservação material da formação das identidades, o presente ensaio propõe-se a uma rápida explanação de uma outra dimensão desse assunto: os problemas de análise política que o estruturam. Tal abordagem nos conduz à consideração da porção imaterial de um patrimônio, endereçando, portanto, ao centro de nossas preocupações o conceito de civilidade.

Ponto comum nas teorias da história, a preocupação com a narrativa formulada acerca dos acontecimentos passados se justificaria por incidir diretamente na construção do que se convencionou chamar de identidade coletiva. Entretanto, qual seria o propósito da crescente preocupação com a questão das identidades sociais? Que dilemas estariam demandando tanta dedicação intelectual? De nossa parte, advoga-se que a força desse debate residiria no fato de que ele se reporta ao tecido sempre delicado e instável da coesão social. É com esse olhar que nos apropriaremos da relação entre memória patrimonial e civilidade.

Enquanto o primeiro conceito pode ser definido como os lugares – material e imaterial – no qual o passado se encontra em constante estado de reformulação, quase sempre exposto às demandas do tempo presente, a civilidade é compreendida como uma particularidade da sensibilidade social, fundada na "capacidade para relacionar-se com o outro de maneira inteira e com inteiro respeito" (Cohn, 2006). Entre uma coisa e outra, residiria o inacabado e impreciso conceito de identidade coletiva.

Certo de que não existe nenhuma ligação imediata ou direta entre tais conceitos, o desafio com que se defronta qualquer instituição preocupada com tais problemas e que se pretenda democrática consiste, justamente, em estabelecer-lhes vínculos aproximativos, cuja finalidade está em reforçar os laços de sociabilidade que podem proporcionar.

É nesse sentido que a memória patrimonial, ao ocupar-se da construção de uma narrativa histórica comum, terá como iniciativa primeira estabelecer um diálogo estreito com os "lugares da cidade.[1] Ressaltamos, no entanto, que a facticidade de tal empreendimento tornar-se-á possível tanto quanto este estiver mais próximo das vivências cotidianas da cidade. O desafio e a complexidade dessas questões reside precisamente no fato de que a efetiva valorização desses espaços pelo cidadão não se dá por uma ligação direta, nem se encontra em estágio avançado na formação social brasileira. Como evidenciam diversos estudos de Sociologia, as formas de se observar uma cidade são muitas, podendo variar em função de faixa etária, níveis de escolaridade, renda, raça e mesmo de gênero. Em outras palavras, os vínculos entre identidade individual e vida coletiva, normalmente assumem dimensões e escalas variadas de abrangência e, em poucos casos, encontram-se consolidados. Como se pode notar, os desafios analíticos que envolvem tais questões ligadas à abordagem da cultura política possuem densidades bastante substantivas.2

I - Patrimônio imaterial: conexões possíveis com a cultura política

Até aqui, esse preâmbulo serve para discutir uma questão com expressiva centralidade: a relação entre patrimônio, memória e cultura cívica. Inevitavelmente, tal escolha analítica conduz a uma gramática republicana de organização social, cujo percurso deságua na ideia de "comunidade política". Os fundamentos desse debate já estariam presentes no pensamento aristotélico, atualizado, no entanto, por Tocqueville ao reafirmar que "A confiança mútua é talvez o preceito moral que mais necessita ser difundido entre as pessoas, caso se pretenda manter a sociedade republicana" (1966). De nossa parte, acrescenta-se à secular preocupação com as questões afetas aos desafios da coesão social, tema caro ao razoável objetivo de se alcançar "estabilidade social e política", a necessária consideração dos percalços que envolvem a preservação da memória.

1 Contagem possui atualmente 12 pontos oficialmente tombados na cidade. Tais pontos deveriam ser capazes de contar parte da memória que se quer construir da cidade. Informações detalhadas desse tombamento podem ser encontradas no exemplar desta mesma revista: Ano 1, nº 1 de janeiro de 2009.

2 Se não há dúvida de que a cultura política realmente impacta a coesão social, um outro universo de problemas analíticos se inicia com os estudos que buscam sua validação empírica. Ou seja, como se pode mensurar a correlação entre determinados valores sociais e equilíbrio democrático? Para uma discussão do assunto, ver: Johnson, 2006.

Sob a luz desse campo interpretativo, uma coletividade humana, digna de se autonominar comunidade, esforça-se por estabelecer um vínculo estreito entre a liberdade dos indivíduos e as questões coletivas. Em tal abordagem teórica, a vitalidade das liberdades privadas e o equilíbrio social demandariam uma constante participação dos cidadãos nos assuntos da cidade. No entanto, advogo que a maior ou menor proximidade com os acontecimentos dito "*públicos*" dependerá da percepção que o indivíduo tem de si, em relação à *comunidade política*. E essa percepção que, por sua vez, implica *vínculos de reciprocidade,* variará em função das representações identitárias que esse for capaz de estabelecer com os *assuntos mais amplos que o envolvem*. Não obstante, acredita-se que a consistência de tais representações, que subsidiam o conceito de *cultura política*, pode estar condicionada à proximidade dos laços entre identidade e memória histórica.

Na esteira de tais preocupações, o denso e recente debate acerca da idéia de *esfera pública* tem ganhado destacado relevo. Numa definição simplificada das questões propostas pelo filósofo alemão Jurgen Habermas (1984), tal conceito poderia ser definido como um *lócus* diferenciado, tanto do Estado quanto da esfera de domínio privado. No entanto, quando nos preocupamos com a construção da memória coletiva, trazemos ao centro do debate os dilemas que afetam a *soberania popular,* ou seja, o poder de efetiva participação popular nas regras que organizam o seu espaço de vivência. Por esse motivo assume-se aqui um certo distanciamento frente à definição proposta pelo filosofo alemão. Nesses termos, muito mais do que identificar o *lócus* de tal esfera pública, importa-nos uma atenção pormenorizada às condições pelas quais os diversos públicos (negros, mulheres, idosos) estão em condições de realmente tematizar nessa esfera as suas demandas. Preocupar-se com o patrimônio imaterial da cidade pressupõe um cuidado especial com as condições de vocalização dos diversos grupos sociais que, como se sabe, possuem capacidades distintas de publicização de seus valores identitários. Decorre daí que uma política pública de valorização patrimonial não poderia se abster de tais preocupações, devendo ater-se a uma definição cuidadosa de esfera pública.

Se estamos certos, a concepção *imaterial de patrimônio*, ao incorporar uma sorte ampla de valores políticos e hábitos cotidianos, acaba por se aproximar das diversas ações coletivas que povoam uma cidade. Estas, de uma forma ou de outra, ao tornarem-se parte constitutiva da formação de um objetivo social comum, acabariam por assumir alguma centralidade. Nesse sentido, sindicatos trabalhistas, clubes desportivos, igrejas, associações comunitárias, veículos midiáticos e tantas outras instituições deveriam ser trabalhadas como parte de um caldo cultural de uma sociabilidade que se almeja para a cidade. Inevitavelmente, tal perspectiva patrimonial traz para dentro de si um forte componente conflitivo. Pelo fato mesmo de não ser um registro consolidado, a memória edificada por essa vida associativa, por se vincular a outros momentos de vivência da cidade - como eleições e mesmo conversas descontraídas de amigos –, torna-se campo privilegiado de tensões. Tais disputas são elucidativas do poder a que se veicula, quando o que está em jogo é monopólio da memória e do discurso sobre o passado.

Diversos estudos têm ressaltado a correlação existente nas sociedades modernas entre civismo e densidade associativa , como, por exemplo, no livro "Comunidade e Democracia', de Robert Putnam (1996). Decorre daí que uma política patrimonial, ao almejar a construção de uma narrativa capaz de conferir certa identidade coletiva, deverá se defrontar com tais tensões, ao invés de deslocar tais conflitos para outras arenas de atuação do Poder Público.

II - Uma sugestão de abordagem empírica

Uma das dimensões da memória coletiva e que pode ser tratada como patrimônio imaterial da cidade vem a ser seus registros históricos mais elucidativos. Se retrocedêssemos cinco décadas, nos defrontaríamos com um acontecimento singular não só para a história de Contagem como do cenário nacional: a greve operária de 1968. A repercussão alcançada por tal evento talvez possa ser reveladora de um *mito fundador* da identidade trabalhista da Cidade. Em que pese o seu difundido orgulho de cidade pólo da indústria mineira, outro marco identitário regional, parte do patrimônio tombado na cidade que se confunde com ambientes para diversas ações coletivas. À guisa de exemplo, podemos citar o Cine Teatro da Cidade (tombado pelo Decreto 10.806 de 31 de maio de 2001), que serviu de palco para a I Conferência Municipal de Educação (2005) e para inúmeras assembleias sindicais que são realizadas ao longo dos anos. Exemplos de usos semelhantes poderiam ser encontrados no Espaço Popular, complemento arquitetônico da Igreja São Gonçalo, ambos tombados no ano de 2000. A sugestão é captar, tanto quanto fosse possível, a "fusão espontânea" entre as dimensões materializadas e imaterializadas da concepção patrimonial. Permitindo-me uma citação mais longa,

> *As políticas culturais devem tomar as práticas sociais, suas representações e interpretações como base para o estabelecimento de um patrimônio que possibilite um sentimento de pertencimento no que se refere ao seu ambiente social, mesclando, assim, passado, presente e futuro, através dos usos e relações sociais gerais e fortalecendo as práticas de cidadania. Práticas que possibilitem, mesmo em relação a tamanha diversidade, pontos de identificação a todos os grupos e indivíduos, com o estabelecimento de tolerância e respeito às diferenças de modos de pensar, agir e sentir que caracterizam a vida humana. (Magalhães, 2006:10).*

Os públicos participativos são muitos e são sempre um bom indício para se compreender a anatomia da memória que o Poder Público deve valorizar com vistas a tradicionalizar uma narrativa que a sociedade insiste em apresentar ao longo dos anos. Em poucas palavras, a proposta é pensar as muitas dimensões valorativas que se apresentam no espaço público como parte substantiva da política patrimonial da cidade.

III - Uma outra leitura patrimonial

Toda a discussão proposta até aqui à qual se pretende atribuir consistência lógica, está, no entanto, entrecortada por uma forte tensão teórica. E isso ocorre porque existem outras leituras possíveis da ideia de bem público. Assumindo certa ambiguidade, o espaço público pode ser lido tanto como *lócus* da participação ativa, ao qual se atribui o registro das virtudes republicanas, quanto o campo exclusivo do exercício dos direitos civis e políticos, como advoga o pensamento liberal. Nesse caso, assumindo a "linguagem dos direitos", a memória patrimonial e, por suposto, o valor assumido pelos espaços públicos, tornam-se instância de passagem, cujos indivíduos poderiam acessá-los, tendo em vista a fruição do seu autointeresse. De certo, perceber a cidade e as relações humanas que ela proporciona sob tal enquadramento nos remete a um tipo de vínculo cujo pano de fundo das interações é interposto pela *utilidade*. Por tal via, a organização social abre espaço ao debate acerca das relações mais eficientes, tendo em vista o exercício das preferências e das escolhas individuais.

Para esse campo interpretativo, os lugares da memória tornam-se esvaziados de valor constitutivo *per se* para a interação humana e passam a ser compreendidos sob o ponto de vista da maior ou menor utilidade, com vistas à organização e a administração da vida social. Se o que se busca é a maximização da felicidade coletiva, a preservação do patrimônio imaterial torna-se no máximo um valor social abrangente, mas não se configura como substrato imprescindível à estruturação dos laços coletivos. Isso se dá por que os indivíduos se aproximam por afinidades de interesses e não por constituírem valores em que impere a reciprocidade. Supondo, a titulo de exemplo, que a felicidade pode ser alcançada por meio da demolição de construções relevantes à memória ou que, por ventura, seja necessário alijar algum segmento social – remanescentes quilombolas, por exemplo - de um determinado lugar, isso não seria empecilho relevante para essa perspectiva analítica. É por esse motivo que as dimensões materiais e imateriais do patrimônio perdem valor intrínseco. Caso elucidativo esteve em evidência no plano nacional em 2009 quando se discutia a demarcação das terras indígenas "Raposa Serra do Sol", no Estado de Roraima. Claramente, o debate girava em torno da "utilidade da demarcação" *versus* o "valor constitutivo" da mesma. Essa é a maneira eminentemente moderna de se pensar não só a preservação da memória, mas, de maneira indireta ao tema deste artigo, as diversas dimensões das interações humanas, seja a educação ou a saúde públicas ou mesmo a ecologia. E nesse percurso analítico, o espaço a ser chamado de público torna-se um campo cujas trocas fundam-se em interesses privados que se confrontam. Numa perspectiva esvaziada, civilidade torna-se sinônimo de respeito às regras de convivência coletiva. Aqui, a dimensão patrimonial e seus vínculos com a memória coletiva tornam-se *meio* e deixam de ser um *fim* em si mesma.

IV - Notas conclusivas

Nestas breves páginas, procurou-se apresentar a compreensão de que a gramática republicana funda-se numa concepção ampliada de vida comunitária, entendida como construção conjunta e permanente do espaço público. O esforço consistiu em apresentar uma experiência social que seja capaz de lançar um olhar pouco sondado sobre as políticas públicas que se ocupam da educação patrimonial. O desafio que nos cerca, dada as condições desgastas de convívio que o mundo contemporâneo nos proporciona, está em discutir a organização democrática do espaço público sob a perspectiva, não apenas do profícuo campo das regras do jogo, mas da civilidade, dos valores comuns. Buscou-se apresentar, ainda que a valorização dos laços aproximativos a qual se deve prestar o espaço público, não implica suprimir-lhe a dimensão conflituosa que lhe configura, mas, pelo contrário, reafirmar a importância de que esta não seja capaz de dissolver os laços vinculantes da sociabilidade. Nesses termos, o princípio é perceber a política como "o processo contínuo e nunca encerrado de construção conjunta de uma ordem pública, digna de ser vivida" (Cohn, 2006).

Sem embargo, a proposta consiste na defesa da construção desse espaço público, marcado pelo conflito, só será possível e exitoso, na medida em que essas disputas estiverem subsidiadas pelos valores do pertencimento comum, o que só será possível pela construção da memória da qual o patrimônio imaterial venha a ser uma dimensão relevante, desde que esteja atento a essas disputas. A expectativa é que o patrimônio, ao ser visto como um desses momentos que marcam o vínculo social, seja capaz de elucidar uma narrativa historicamente estruturada, a partir de leituras diversificadas, em que a cidade deixa de ser um simples "lugar de morar", para se tornar um "lugar de viver".

* Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Contagem – Doutorando em Ciência Política pela UFMG

Bibliografia:

COHN, G. . Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios. In: Javier Amadeo. (Org.). Filosofia política contemporânea - controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. -.

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 09-74

JOHNSON, James. Problemas conceituais como obstáculos ao progresso em Ciência Política: quatro décadas de pesquisa em Cultura Pólitica. Teoria e Sociedade, número 12.1, pp. 128-164.

MAGALHÃES, Alex Fernandes. A construção do patrimônio cultural imaterial nas políticas de preservação em Minas Gerais. Dissertação (mestrado). UFMG. Mimeo. 2006.

Por dentro da História. Revista de Educação Patrimonial. Ano 1, número 1, Janeiro 2009. Contagem – MG.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna/ Robert Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de; MAYER, J. P; LERNER, Max. **Democracy in America.** New York ; Evanston: Harper & Row, c1966. 802p.

Memórias e histórias de Contagem

Corporação Musical Santo Antônio de Contagem

Antônio Faria[1]

As bandas musicais tiveram - e ainda têm - grande importância social e cultural no interior do Brasil e, principalmente, de Minas Gerais. Inseridas como contexto cultural no divertimento popular, suas apresentações eram imprescindíveis em qualquer evento social, religioso, cívico e festivo. Abrilhantavam, com sua participação, desfiles, paradas, procissões, casamentos, batizados, bailes, velórios e sepultamentos. Aos domingos e dias festivos, dois motivos faziam reunir a população tanto urbana quanto rural: a missa e a apresentação da banda.

A história de Contagem mostra que, já no final do século XIX, havia atividades musicais, porém os primeiros documentos sobre a existência de Bandas datam de 1902.

Em 1909, foi fundada a Banda Musical São Gonçalo, tendo como primeiro maestro e presidente Francisco Cassimiro de Ávila (Chico Dentista), secretário o Padre Joaquim Martins, então vigário da Paróquia de São Gonçalo e tesoureiro o Coronel Joviano Camargos. A corporação era composta por dezoito músicos e sua pequena sede foi doada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, o Coronel Augusto Teixeira Camargos, e localizava-se ao lado da antiga Igreja do Rosário, onde hoje está o posto de saúde. O segundo presidente da Banda foi o Sr. João Ferreira de Aguiar. Em 1922, teve sua denominação modificada para Banda Musical Santo Antônio.

A edição do 23 de dezembro de 1911 do "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, cita por ocasião das festividades da emancipação do Município obtida pela Lei nº556 de 30 de agosto de 1911, a presença da banda, na época dirigida pelo maestro Augusto Juca Siva, foi marcante e animada, acompanhando o povo nos vivas e nos cânticos.

Em 1915, foi fundada pelo eminente Contagense Gil Perez Dinis e Silva, pai do ex-prefeito Gil Diniz Júnior outra banda, a de Santa Cecília.

A rivalidade entre as duas corporações era muito grande a ponto de se criarem torcidas que, nas apresentações, vibravam e discutiam sobre a qualidade e a variedade de composições apresentadas, o que se tornava tema de discussões por vários dias.

Um fato curioso mostra essa rivalidade. Nos preparativos para uma solenidade religiosa a Banda Santa Cecília conseguiu a cópia de um dobrado muito bonito e, para que ninguém conhecesse com antecedência, fez os ensaios no Sítio do Córrego, hoje bairro Santa Helena. Porém, um músico da Corporação Santo Antônio, o professor Pedro de Alcântara Moreira Júnior, escondeu-se no lugar e com uma vela acessa, papel e lápis na mão foi anotando as notas musicais. No dia da festa e antes que a Banda Santa Cecília se apresentasse, a Banda Santo Antônio tocou primeiro, e de modo muito preciso, o referido dobrado. Criou-se o tumulto e a rivalidade entre as duas bandas tornou-se ainda mais tensa a partir desse dia.

Durante o primeiro mandato do prefeito Sebastião Camargos, o conhecido contagense Jaime Rocha doou à Corporação Santo Antônio, na época sob a presidência do Sr. Raimundo Avelino Figueiredo, um lote à rua Maria da Conceição de São José. O prefeito construiu a sede da entidade e doou alguns instrumentos novos. Eram também diretores na época, vice-presidente, Augusto Braz Pereira, autor do hino de Contagem e 1º secretário o ex-vereador Antônio Faria.

O Sr. Antônio Faria, quando vereador, foi autor da proposição de lei que reconhecia como de utilidade pública a Corporação Musical Santo Antônio e que foi sancionada pela lei nº 989/71, assinada pelo prefeito Sebastião Camargos.

A Corporação teve vários dirigentes que dedicaram grande parte de sua vida ao desenvolvimento cultural e musical de Contagem: os já citados acima e ainda os senhores Josias Gomes de Oliveira e José Vitor de Melo.

Houve também em Contagem, entre as décadas de 10 a 30, outras corporações musicais, situadas em vários bairros e localidades do Município como Retiro, Sítio etc.

1 Texto escrito em 10 de novembro de 1998. Nascido em 8 de abril de 1927, na cidade de Contagem/MG, Sr. Antônio Faria foi Assistente Técnico e Diretor Interino da Casa da Cultura "Nair Mendes Moreira" - Museu Histórico de Contagem. Faleceu aos 72 anos, em 26 de outubro de 1999. Em sua homenagem, a Biblioteca da Casa recebeu seu nome.

ELZA FOULY E A TURMA DO CONTAGITO: UMA RELAÇÃO DE AMIZADE

"O que somos é um presente do mundo para nós;
o que nos tornamos é um presente nosso para o mundo"
Gilberto Gil

*Edmar Alves**

O programa *Labeph* (Faculdade de Educação / UFMG) promove mensalmente, na terceira quinzena, a série de palestras e debates chamada "Diálogos", do qual participo sempre que possível. No último dia 15 de abril, pela segunda vez em 2010, o assunto era história local – em março, o tema foi Belo Horizonte – e, dessa vez, foi convidada a equipe de funcionários da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, de Contagem, Adebal de Andrade, Alexandra Ponsá, Júlia Carolina e a Turma do Contagito. Mais uma vez, eu estava lá.

O historiador Adebal de Andrade fez um breve histórico sobre a política patrimonial do município de Contagem e sobre a criação da Turma do Contagito, apresentando todo o material pedagógico elaborado a partir dela. E, após a exibição do filme "Conhecendo Contagem com a turma do Contagito", toda a equipe respondeu a perguntas feitas pela platéia.

O que meus alunos não dariam por uma foto da Turma do Contagito sem suas fantasias? Eu mesmo – confesso – matei uma curiosidade persistente: quem eram os atores que faziam aqueles personagens?

E o que meus alunos – e demais alunos da Escola Estadual Elza Mendonça Fouly (Bairro Bandeirantes / Contagem) – não dariam para reverem a turma do Contagito? Essa animada turma visitou nossa escola, no dia 31 de outubro de 2009, na Festa da Família, e posso afirmar que foi um momento muito importante. Os alunos, mesmo os maiores, inclusive os professores, animaram-se ao som das músicas e dançaram com a turma do Contagito. Todos queriam tocá-los, tirar fotos.

Contudo, quero voltar um pouco no tempo, até o ponto em que posso afirmar ter sido o início – ponto zero – de nossa amizade com a turma do Contagito. Em 2005, no Concurso para escolha dos nomes e desenhos dos mascotes de nossa cidade, a aluna Jéssica Magda, ainda estudando na Escola Municipal Jenny de Andrade Faria, foi uma das vencedoras e batizou o personagem Contagito. No ano seguinte, Jéssica passou a ser aluna da escola Elza

Mendonça, e foi minha aluna. Ficou em silêncio, talvez por timidez, até que eu descobri que se tratava de uma das vencedoras do concurso. Descobri isso ao usar os livros pela primeira vez. Logo depois, a própria escola recebeu os livros, o vídeo e o CD. Esse material passou logo a item obrigatório para introduzir a História no 6º ano e trabalhar a história do município de Contagem, dando suporte ao projeto que chamei, inicialmente, de *História do Bairro.* Nessa época, eu trabalhava em parceria com a colega Nélia Maria Souza Silva, professora de Geografia. Até então, dispúnhamos – até onde sei – apenas do livro escrito por Durval Ângelo de Andrade.[1]

O supremo propósito da história é a construção de mundo melhor (Herbert Hoover)

Nosso trabalho começou por caminhos paralelos, mas logo percebemos – a professora Nélia Maria e eu – a semelhança nas intenções: descrever, construir e registrar a história e o espaço geográfico do entorno de nossa escola, o Bairro Bandeirantes. Esse trabalho se transformou em projeto no ano seguinte, ou seja, em 2007.

A cada início de ano, depois de conhecer e entender a história de nossa cidade (vendo o vídeo e ouvindo o CD), nossos alunos eram desafiados a construir maquetes de suas residências e mapas com o trajeto percorrido entre suas casas e a escola, destacando pontos comerciais, equipamentos e espaços públicos, bem como o Cemitério da Glória – em torno do qual se expandiu o bairro – encontrando na BR-381 uma barreira física para seu crescimento. E a Geografia se fazia...

O passo seguinte foi a realização de entrevistas pré-formuladas, em que os alunos buscavam com seus familiares, vizinhos e amigos, informações sobre o porquê dos nomes das ruas e das próprias instalações públicas (escola, cemitério, igreja), buscando saber a época em que cada uma das edificações do entorno da escola foi construída (casas comerciais, residências, posto de saúde). Nas entrevistas, as pessoas respondiam ainda quando passaram a habitar o bairro, e por qual motivo. E a História se fazia...

Assim, o projeto foi tomando forma, mas ainda era chamando provisoriamente de "História do Bairro". Para 2010, planejamos convidar um morador para vir falar às crianças.

Todo esse trabalho é um pequeno inventário: parte de nossa escola sempre tendo a mesma como ponto de chegada. A intenção, neste ano 2010, é que a produção dos alunos não se limite a notas, sala de aula ou varal de desenhos, mas que se transformem em um texto construído por todos eles. Outros produtos possíveis é a produção de um vídeo (com imagens do passo-a-passo do projeto) e de materiais pedagógicos como palavras cruzadas, caça-palavas e quebra-cabeça.

1 O ABC da APC (1988)

Educadores da Escola Estadual Elza Fouly e a Turma do Contagito

Educação não transforma o mundo...
Educação transforma pessoas...
Pessoas transformam o mundo (Paulo Freire)

Em 2010, nosso projeto recebeu o nome definitivo de "**Histórias do Lugar**". Um projeto nasceu da necessidade de contribuir para a gestação de uma nova mentalidade entre os alunos da escola que, junto de outras pessoas da comunidade, tanto têm maltratado e depredado a escola ao longo dos anos. Praticamente, já se perdeu a reforma realizada em 2007. Podemos divagar sobre as causas, que são muitas, mas é fato que os alunos não se consideram proprietários da escola como cidadãos. Como a escola é um bem público, eles acreditam que ela não é de ninguém e, por conseguinte, não se consideram parte da solução. Na escola, são poucos os eventos para toda a comunidade (festa junina, feira de cultura, projeto saúde).

Pensando em tudo isso, foi incorporado ao projeto um trabalho desenvolvido por nós, a professora de Língua Portuguesa, Lúcia Regina de Paiva, e eu. Trata-se de um grupo de monitoria chamado **Formiguinhas**, composto de alunos do segundo turno, de todos os anos, que realiza em toda a escola trabalhos e campanhas de caráter preventivo e informativo.

Por várias vezes, contamos com o empréstimo de instrumentos do grupo "Educação pelo Tambor", para criação de danças e músicas que têm sempre como tema a preservação do patrimônio público-escolar, a prevenção de conflitos entre os alunos, a prevenção de doenças e a melhoria do ambiente escolar. Três vídeos de campanhas

Edmar Alves

Edmar Alves

Edmar Alves

Trabalhos realizados pelos alunos

Edmar Alves

Grupo Formiguinha

já podem ser vistos no Youtube (higiene corporal, Clipe da merenda e gripe suína)[2] e outras duas campanhas estão em andamento (rap da Dengue e do Consumidor Consciente).

Outra ação incorporada ao projeto foi a "E**xposição Memórias**", realizada pela professora de Língua Portuguesa, Mara Costa Oliveira, e que consiste em apresentar à comunidade escolar objetos pertencentes aos moradores de mais longa data da comunidade.

A partir disso, o projeto interdisciplinar "**Histórias do Lugar**" tem sido expandido a cada ano e em 2010, conta com as áreas de História (professor Edmar Alves), Geografia (professora Nélia Maria), Língua Portuguesa (professora Mara Costa) e ainda com a professora Lúcia Regina. Com mais parceiros, surgem as novidades: será instituído o "**Prêmio Gentileza Escolar**", que premiará alunos da escola que, destacadamente, atuam como agentes multiplicadores de ações que envolvam a prevenção de acidentes, a gentileza com o outro, a boa educação, o voluntariado etc.

O fim depende do início (São Benedito)

Mapas, maquetes, entrevistas, exposição de objetos, visita do morador e ação cultural. Recuperar o passado com os mais velhos e acreditar na mudança com os mais jovens: é esse o objetivo principal do projeto "**Histórias do Lugar**"; fazer desse lugar o nosso lugar.

Para escolas, educadores e alunos interessados, pode-se entrar em contato pelo e-mail edmaralves1972@ig.com.br.

2 Higiene corporal (http://www.youtube.com/watch?v=Fz8MAvKAnSI) Clipe da Merenda (http://www.youtube.com/watch?v=3F4WI4tgXzk) e Clipe da Gripe Suína (http://www.youtube.com/watch?v=xaZpxSRSW0o)

* Formado em História na FaFiCH-UFMG / Historiador, professor, servidor público estadual e poeta / Professor de História na Escola Estadual Elza Mendonça Fouly desde 2006.

Edmar Alves

Grupo Formiguinha

CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM TEIXEIRA CAMARGOS PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE CONTAGEM.

O poema criado pelo estudante Sílvio Rafael da Costa, no ano de 2008, em sala de aula, com a professora de Língua Portuguesa, Geralda Raimunda Aarão.

Minha Contagem
Nasci em Contagem
Aqui sempre vou morar
Amo aqui desde pequenino
Principalmente meu lar.

Aqui em minha cidade
O que tem muito é diversão
Também tem criatividade
E cultura de montão.

Temos a prefeitura
A Praça Marília de Dirceu
E a Casa de Cultura
Que hoje é um museu.

A Igreja São Gonçalo
è um complexo arquitetônico.
E a Casa dos Cacos
É um importante patrimônio.

O poema é uma construção coletiva da turma: 2121 "C" do 2º ano do 2º ciclo, da professora Geralda R. Aarão, no ano de 2008.

Contagem das Abóboras
Foi assim que começou
Na Igreja São Gonçalo
O tropeiro rezou.

Festa de Nossa Senhora do Rosário
E da abolição
São os gigantes Arturos
Que mostram a tradição.

Minha cidade atraente
belos casarões
indústrias concorrentes
terra varonil
atraindo muita gente
pra lá de seiscentos mil.

Parques ecológicos
majestosas jabuticabeiras
planta nativa
desta terra mineira.

Pra contar nossa história
A turma do Contagito
Visita nossas escolas
Causando muito agito.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

MESTRES DA CULTURA POPULAR

"A Tradição é o chão onde toda a cultura pisa, pois ninguém pisa no ar, ninguém começa nada a partir do zero. Tudo começa a partir de algum passado, de um acúmulo, de conquistas, ideias e obras, de coisas que foram feitas antes, de vidas e experiências anteriores."

Bráulio Tavares
Escritor, compositor e pesquisador da cultura popular brasileira

Maria Cristina César*
Wanderson Ka Ribas**

Mestre é quem domina com excelência um ofício, arte ou saber. O que torna alguém mestre é o fato de ele ser portador de tradições muito antigas (de uma ancestralidade) e detentor de uma tradição cultural que, transmitida às novas gerações, torna-se um patrimônio vivo a ser preservado. Na cultura popular, os Mestres são considerados os depositários do rico patrimônio imaterial de nosso país.

E é essa riqueza de natureza imaterial que faz do couro uma forma de arte sagrada com os tambores do Congado, que mostra a grandeza do conhecimento ancestral de um cacique e de um pajé, de um poeta de cordel, de uma rezadeira, um folião de reis, de um artista plástico. Um patrimônio de inestimável valor que, muitas vezes, não é devidamente reconhecido.

Aliás, o conceito de patrimônio não necessariamente material, associado unicamente a coisas corpóreas, é bastante recente no mundo ocidental.

A percepção do valor do intangível ou imaterial não é fruto de uma reflexão européia e ocidental, mas uma prática de países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo.

No mundo oriental, assim como em culturas originárias e tradicionais da América e África, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas culturas não é o aspecto mais importante e, sim, o conhecimento necessário para reproduzi-las.

Em 1972, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. Em 1989, como resultado dessa reivindicação, foi elaborado o documento de Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, aprovado pela Conferência Geral da Unesco. Dessa discussão, surge um guia propondo que em cada país fosse criado um sistema de "Tesouros Humanos Vivos".

A inspiração veio de experiências em países orientais, principalmente no Japão que, em 1950, concedeu um reconhecimento particular aos deten-

tores de "saber-fazer" e de técnicas essenciais à perenidade de expressões importantes do patrimônio cultural imaterial. As pessoas reconhecidas como tais pelo governo nipônico foram designadas pelo termo "Tesouro Humano Vivo"[1].

Além do Japão, outros países orientais que se destacam na preservação do conhecimento, do saber popular e de seus preciosos detentores, os Mestres, são a República da Coréia, as Filipinas e a Tailândia. No ocidente, destacam-se a Romênia e, principalmente, a França, por meio do programa "Mestres da Arte", que procura seguir a recomendação da Unesco para os "Tesouros Humanos Vivos".

Nesse programa francês, os Mestres são definidos como pessoas que encarnam as competências e as técnicas necessárias ao andamento de certos aspectos da vida cultural daquele povo, tanto quanto a perenidade de seu patrimônio cultural imaterial, sendo reconhecidos pela excelência e raridade de suas competências. O título é concebido a um Mestre que esteja capacitado a transmitir sua técnica a um aluno, na busca de perenização do seu ofício.

Cada Mestre escolhido recebe uma dotação de 100 mil francos para a formação do aluno escolhido e é obrigação do detentor do título transmitir a esse aluno seus saberes.

A América Latina tem como destaque a Bolívia por seu empenho na valorização e reconhecimento dos Mestres em medicina ancestral, os Kallawayas, médicos-sacerdotes e curandeiros que, além do exercício da medicina tradicional, baseada em um sistema de crenças milenares, são os guardiões da cosmovisão, mitos, ritos, valores e expressões artísticas dos antigos povos indígenas da Cordilheira dos Andes. Recentemente, o Ministério da Saúde da Bolívia anunciou a inauguração das primeiras farmácias interculturais, que oferecem à população medicamentos da medicina ancestral, receitados pelos próprios Kallawayas.

1 ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.) Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. DP & A Editora - RJ, 2003. página 83.

Dona Tetane: Mestra do Batuque

Conceição Natalícia da Silva, a Dona Tetane, nasceu em Esmeraldas – Minas Gerais, aos 3 de agosto de 1918, numa numerosa família de tradição festeira: os Arturos.

Além do título de Mestra do Batuque, é a Rainha Perpétua do Congado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem - Comunidade dos Arturos – e é a filha mais velha do casal Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva.

Com muita simplicidade, clareza e lucidez, relata o que viveu e aprendeu ao longo de seus 92 anos de idade. Portadora de uma história que remete a um passado no qual o negro teve de se fazer forte para superar as opressões da época, lembra que, quando morava lá na Mata do Curiango e na Mata do Macuco, em Esmeraldas, "não havia escolas para a criançada estudar e os filhos só podiam fazer o que os pais mandavam. A vida se resumia em trabalhar na roça e ir à missa". O pai nunca deixava as filhas irem à cidade para se divertirem, passearem ou para dançarem nos raros bailes da época. "A única coisa que podiam fazer era dançar Batuque. Era o divertimento que tinha" e que ela sempre fez com muito gosto e conhecimento. A vida na roça onde morava se tornava prazerosa essencialmente nas épocas de festas. O pai levava os filhos e as filhas para as festas em que eram convidados e ensinava a todos como era a dança, o ritmo e os cantos. Aos doze anos, ela já dominava os fundamentos do Batuque. Desde cedo, ele percebeu o interesse da filha e, aos poucos, foi-lhe repassando todos os conhecimentos da dança, incumbindo-a de "ensinar às meninas mais novas" e preservar "tudo da mesma forma que tinha aprendido", para não perder a originalidade.

O Batuque tem uma linguagem ampla, através da qual se realizam muitas danças que se caracterizam como um divertimento e, por meio das brincadeiras, os participantes reverenciam os elementos da natureza e as relações afetivas.

No Batuque, os pés dos participantes conhecem o chão e aí permanecem. A energia flui pelos poros, o corpo se lança a partir dos pés e deixa no solo a força de sua vitalidade.

Após mudar para Contagem, Dona Tetane continuou aperfeiçoando o Batuque e, mesmo depois de casada e criando os 8 filhos com muitas dificuldades, ela sempre encontrava tempo para dançar, cantar e ensinar o que havia aprendido tão bem com o pai. O Batuque tornou-se sua paixão e Dona Tetane uma das maiores referências em Minas Gerais do Batuque de raiz.

Após cerca de oitenta anos, ainda mantém vivas as tradições herdadas do pai. Atualmente, costuma cuidar da horta e do jardim que cultiva no quintal e de alguns afazeres domésticos leves, porém, sempre que pode, dança, canta e ensina o Batuque, com alegria e disposição contagiantes.

Geralmente, as pessoas interessadas em aprender sobre o Batuque recorrem à Dona Tetane, que não perde oportunidade de demonstrar seus conhecimentos sobre a dança e sobre a necessidade de preservarem os ensinamentos aprendidos para não deixar desaparecer essa tradição.

Elias Ramos

Acervo CCNMM - MHC

Seu Mário da Comunidade dos Arturos

No Brasil, uma importante iniciativa no sentido de valorizar os Mestres Populares e os considerar com o devido respeito e reconhecimento é o Prêmio "Culturas Populares", do Ministério da Cultura, que, em 2009, teve sua 3ª edição com um número expressivo de inscrições, fato que ilustra a riqueza e a diversidade de mestres e manifestações culturais do país[2].

Em 2008, na sua 2ª edição, o Prêmio Culturas Populares - Mestre Humberto de Maracanã, premiou uma importante Mestra, moradora de Contagem, a senhora Conceição Natalícia, a "Dona Tetane", da Comunidade dos Arturos. Essa comunidade é formada por um grupo familiar, "Remanescente de Quilombo"[3], que preserva em pleno coração de Contagem, há mais de cem anos, várias tradições afro-mineiras, e é considerada por estudiosos como uma das mais genuínas representantes da cultura negra tradicional no Brasil.

Selecionada entre centenas de mestres de todo país, Dona Tetane foi contemplada como Mestra do Batuque. De origem africana, o Batuque é uma dança coreográfica coletiva, em forma de roda e conserva-se ainda em algumas áreas do Brasil. Em Minas Gerais, há referência a diversas modalidades de Batuque, nas quais predominam os instrumentos de percussão, atabaques, pandeiros e, como no Batuque da D Tetane, uma viola.

Ensinada pelo pai, Arthur Camilo Silvério, a dança que hoje se encontra na Comunidade dos Arturos, sempre foi comandada pela Mestra Dona Tetane, que se preocupa em preservar, junto dos familiares, todos os cantos e ritmos da dança, tal como aprendeu desde criança.

Sempre que encontra motivos, em festas familiares, nos momentos de descontração e lazer, principalmente com os jovens, ela promove o Batuque. Organiza a roda, entoa os cantos e dança alegremente, sem descuidar de "explicar do jeito certo, que papai ensinou"[4].

Oralidade, espontaneidade e ancestralidade permeiam a formação de um Mestre. É preciso ser alegre, criativo e, ao mesmo tempo, fiel aos ensinamentos que foram passados pelos antigos, respeitando a tradição.

Nisso reside a força, a originalidade e a grandeza da cultura de um povo.

Esses elementos, que enfatizam o caráter popular no sentido de "ser do povo", podem se chocar e explicitar a contradição de se explorar a cultura popular em festivais, apresentações artísticas e eventos midiáticos que, se por um lado promovem e valorizam os Mestres e suas manifestações culturais, por outro caem no fenômeno da espetacularização.

A espetacularização das culturas populares é fruto de novas práticas sociais que valorizam os segmentos culturais e étnicos, até então desprezados, e dos novos sistemas de comunicação, que, numa sociedade midiatizada, fazem com que quase tudo se torne um espetáculo e, nesse contexto, as culturas populares são fortes atrativos para o exibicionismo. As consequências desse processo são a banalização, a mercantilização e a profanação (no sentido de profano como oposição ao sagrado) das manifestações culturais.

Na Comunidade dos Arturos, uma solução adotada para atender a demanda de apresentações artísticas, sem ferir a sacralidade do Congado, - já que as Guardas de Congo e Moçambique só entoam seus cantos e tocam seus tambores nas datas festivas e ocasiões consideradas especiais - foi a criação do grupo "Arturos - Filhos de Zambi", que realiza espetáculos de música, dança e teatro, fundamentados na raiz afro-mineira e, particularmente, na tradição dos próprios Arturos, tais como o Batuque, herdado de Dona Tetane.

Do Prêmio Culturas Populares de 2009 – Edição Mestra Dona Izabel, participam três representantes da cultura popular de Contagem, os mestres Antônio Muniz, o seu Toinzinho dos Ciriacos, como Mestre Congadeiro; O senhor José Darci, o Zé Goiano da Folia de Reis, e o senhor Mário Braz da Luz, o seu Mário dos Arturos, como Mestre Benzedor[5].

As iniciativas como o "Prêmio Culturas Popula-

2 Site do Ministério da Cultura com informações sobre o Prêmio Culturas Populares 2009: www.cultura.gov.br/site/2010/03/17/premio-culturas-populares-9/

3 A Comunidade dos Arturos foi reconhecida, em 25 de novembro de 2004, como "Remanescente das Comunidades dos Quilombos" pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Cadastro Geral nº 002, Registro nº 114, f.19.

4 Trecho de depoimento concedido por Dona Tetane ao Núcleo de Patrimônio Imaterial, da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem, acervo da CCNMM/MHC.

5 Após a divulgação da relação dos vencedores do "Prêmio Culturas Populares 2009 - Edição Mestra Dona Izabel", foi anunciado pelo Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Américo Córdula, durante a abertura do "V Mestres do Mundo", em Limoeiro do Norte, no Ceará, a disponibilização de mais R$ 2 milhões para ampliar o número de premiados, nesse caso contemplando os Mestres que ficaram na relação de suplência, o qual é o caso dos três Mestres contagenses, que aguardam a lista dos novos premiados, ainda não divulgada até o momento da conclusão dessa matéria. Informação no site do Ministério da Cultura: www.cultura.gov.br/site/2010/03/18/v-encontro-mestres-do-mundo-3/

res", do Ministério da Cultura, são louváveis pelo reconhecimento e valorização dos Mestres. Assim como os exemplos de instituições acadêmicas como a Universidade de Upsala, Nova Jersey-EUA e Universidade Federal de Uberlândia, que em 1995 e 2003, respectivamente, concederam o título de Doutor Honoris Causa em Cultura Popular, aos baianos João Grande e João Pequeno, Mestres de Capoeira Angola. Mestre João Pequeno, de 93 anos, além do título honorífico da UFU, também recebeu, em 2003, a medalha da Ordem do Mérito Cultural em Brasília, tornando-se, assim, um Comendador da República. Já Mestre Bimba, outro baiano, Mestre de Capoeira, criador da Luta Regional Baiana ou Capoeira Regional, recebeu um diploma da Universidade Federal da Bahia, infelizmente, depois de sua morte.

Adebal de Andrade Júnior

Zé Goiano participante da Folia de Reis

O Ceará deu um passo adiante de outros estados brasileiros na preservação e proteção do seu patrimônio imaterial. Com a Lei nº 13.351, instituída em 27 de agosto de 2003[6], e complementada em 24 de novembro de 2006, com a Lei nº 13.840[7], que amplia os Requisitos e Critérios indispensáveis ao reconhecimento dos "Tesouros Vivos da Cultura", o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Cultura, garantiu o registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, apoiando e preservando a memória cultural do povo, transmitindo às gerações futuras o saber e a arte sobre os quais constroem sua história.

Para garantir uma vida digna e a perpetuação desse saber popular dos Mestres, cerca de 150 representantes de várias manifestações culturais, de grupos e comunidades tradicionais das Culturas Populares, reuniram-se, em março de 2010, em Brasília para a realização da Pré-Conferência Setorial de Culturas Populares. Nesse encontro, entre outras propostas, está a criação de mecanismos de reconhecimento e regulamentação da profissão de Mestre, ampliando a discussão, junto aos órgãos competentes, sobre o projeto de Lei do Mestre, que garanta a todos os Mestres, reconhecidos pela sociedade e comunidade, o direito de receber o benefício de um salário mínimo, mesmo sendo ele aposentado pelo INSS. Os delegados aprovaram também a inserção formal nos currículos da Educação Básica e da Formação dos Professores, dos saberes e práticas das culturas populares, além de priorizar a ocupação de uma vaga nos conselhos estaduais e municipais de cultura pelos protagonistas e fazedores das Culturas Populares, fortalecendo a participação da sociedade civil no gerenciamento das políticas públicas.

Adebal de Andrade Júnior

Seu Toinzinho da Comunidade dos Ciriacos

Essas diretrizes que visam a fortalecer e a valorizar os Mestres e a cultura popular trabalham diretamente com a pluralidade cultural, respeitando a diversidade, para preservar o patrimônio imaterial e fomentar as potencialidades locais. São intervenções para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.

A preservação do Patrimônio Cultural Imaterial depende muito do trabalho desenvolvido pelos Mestres. É função do Mestre estimular a participação dos filhos, netos, sobrinhos e toda sua comunidade e, pela oralidade, transmitir os saberes de várias gerações, como afirma Fernando Piancó, coordenador do Núcleo de Patrimônio Imaterial do Ceará: "Os mestres são organismos vivos de um conceito de cultura entendido como a matriz para as várias manifestações culturais".

6 Sobre a Lei 13.351 de 27 de agosto de 2003, consultar o sítio: www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/legislação-geral/registro-mestres
7 Lei 13.840 de 24 de novembro de 2006: IDEM

* Historiadora da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural de Contagem
** Historiador da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural de Contagem e Geobiólogo

O FARMACÊUTICO DE CONTAGEM: HERCÍLIO GOMES DA SILVEIRA NAS DÉCADAS DE SESSENTA E SETENTA DO SÉCULO XX

*Júlia Carolina da Cunha**

"E há a cidade de um dia, a cidade que dá a imediata impressão de ser feita de imagens, de sensações, de impulsos mentais, a que realmente vemos e que não é dada pelas arquiteturas imóveis". (Argan, História da Arte como história da cidade. P 223 Revista da História).

"Verso não... Poesia não... Um novo modo de contar velhas estórias" Cora Coralina.

Este artigo tem por objetivo destacar o papel da farmácia e do farmacêutico na Contagem do século XX. Será uma tentativa de recuperar a memória do Senhor Hercílio Gomes da Silveira, um dos pioneiros da profissão na cidade.

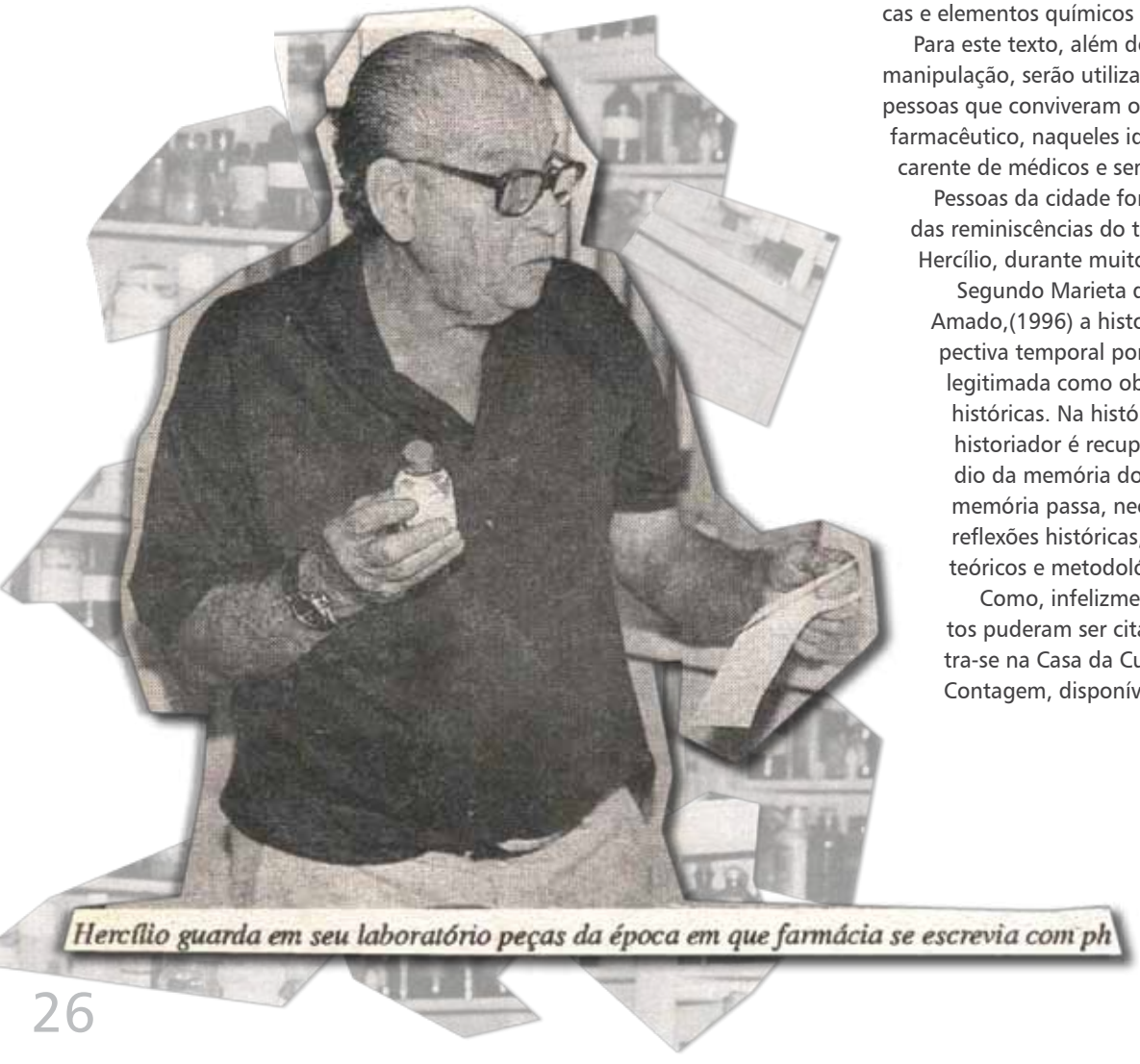
Naquela época, o trabalho do farmacêutico extrapolava a venda de medicamentos industrializados, partindo para a manipulação de fórmulas medicamentosas, tendo como matéria-prima a utilização de essências fitoterápicas e elementos químicos farmacopéicos.

Para este texto, além do acervo de sua farmácia de manipulação, serão utilizados depoimentos orais de pessoas que conviveram ou que foram tratados por esse farmacêutico, naqueles idos tempos de uma Contagem carente de médicos e sem nenhum hospital.

Pessoas da cidade foram entrevistadas para falarem das reminiscências do tempo da farmácia do Senhor Hercílio, durante muito tempo, única na cidade.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado,(1996) a historiado tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto de pesquisa e da reflexão históricas. Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes".

Como, infelizmente, nem todos os depoimentos puderam ser citados, todo o material encontra-se na Casa da Cultura - Museu Histórico de Contagem, disponível a quem possa interessar.



Hercílio guarda em seu laboratório peças da época em que farmácia se escrevia com ph

Acervo Pessoal

Balança de precisão

A recriação do passado feita por pessoas simples, testemunhas vivas da história, é diferente da versão oficial que se lê nos livros. A memória da farmácia, através da pessoa do farmacêutico Hercílio Gomes da Silveira recria uma época vivida pela cidade, em que se contava unicamente com o trabalho de atendimento e manipulação de medicamentos para atender a uma população carente de médicos. Sua dedicação era inigualável. Para ele, não existia horário: dia ou noite, sábado, domingo ou feriado, lá estava ele com seu sorriso e eterna boa vontade em atender as pessoas que precisavam de seus préstimos".
Ermelindo Rocha Faria

Sua trajetória de vida

Senhor Hercílio ou "Sô Hercil", como era chamado, é filho do também farmacêutico José Gomes da Silveira e de Júlia Soares da Silveira. Natural de Mesquita, começou sua vida profissional em Paulistas, MG, ao lado de seu pai, que era formado em Ouro Preto (1906), onde atendeu muitas pessoas tendo como meio de transporte o "lombo do burro". Aluno aplicado,. foi um dos fundadores do hospital da cidade, tendo trabalhado como anestesista e realizado um sem-números de partos sob orientação de um cirurgião. Assim, suprir a carência de médicos, marcou sua rotina e fez parte da sua história.

Depois de uma temporada em Ferros MG, sempre contando com o apoio de sua esposa, Carolina Barbosa da Cunha, além de seu trabalho rotineiro como farmacêutico, teve a felicidade de fazer os partos de seus sete filhos. Nessa época, foi agraciado com o registro no CRF – Conselho Regional de Farmácia –, por seu mérito profissional, mas não por academicismo.

Em 1966, mudou-se com sua família para Contagem, com o objetivo de facilitar a vida estudantil de seus filhos.

Surgiu, então, mais um desafio: firmar-se como profissional numa terra estranha, cujas pessoas, com olhar desconfiado, procuravam por ele na falta de opção.

Contagem, nessa época, era uma cidade pacata. A Sede trazia em si todas as características de uma cidade do interior. Assim, quantas vezes recebeu, como pagamento de seu trabalho, ovos,coelhos e galinhas...

Como farmacêutico, melhor do que ninguém. Foi bom pra todos, ajudou o pessoal de Contagem todo, era um bom médico, um bom farmacêutico. Igual a ele, nunca mais vou ver(...)
José Costa, 94 anos

Os contagenses conheciam-se uns aos outros, mantendo um relacionamento de proximidade e o Senhor Hercílio foi conquistando a confiança das pessoas com sua competência e dignidade. O farmacêutico era sob certo aspecto, uma pessoa que prestava assistência à comunidade, pelo menos nos seus problemas mais primários de saúde pública. Sabia preparar as fórmulas e estava na retaguarda do médico, Dr Plácido Libâneo.

Outro fator preponderante foi o intercâmbio entre os adventícios, pessoas que vinham de outros lugares para buscar trabalho e os contagenses, tendo como ponte, as atividades do farmacêutico.,

A farmácia passou a ser o ponto de encontro das pessoas. Como o trabalho concentrava-se em Belo Horizonte e na Cidade Industrial, a volta para casa contava com uma "paradinha" na farmácia do senhor

Eu conheci o senhor Hercílio Gomes da Silveira através de colegas meus colegas dele. Como farmacêutico o conceito dele aqui era muito alto,

quase todo mundo o procurava para se tratar, era muito conceituado como farmacêutico, na profissão dele, na resolução dos problemas de doença.
João Ramalho

"Hercílio", durante a qual se ia o tempo entre batepapos, "causos" e prosas, um cafezinho e até uma pinguinha. Ali aconteciam consultas sigilosas sobre doenças venéreas, vendas às escondidas de preservativos ou discussões políticas sobre os acontecimentos em pauta na cidade. A farmácia era um ponto de encontro, uma praça pública...

Mulheres da cidade viam nesse farmacêutico uma espécie de confessor, quando faziam queixas de seus maridos, filhos e ele, com sua calma e paciência peculiares, não lhes negava ouvidos e conselhos carinhosos.

Foi quando ele tinha farmácia ali embaixo (Na Praça Tiradentes). Tinha um laboratoriozinho, fazia, preparava remédios para as pessoas, ele era muito bom, atendia a todo mundo que procurava por ele, todo mundo gostava muito dele, inclusive eu também. Eu quase não procurava médico. Só procurava ele. E ele dava conta do recado.
José Vitor de Melo, 88 anos

Acervo Pessoal

Aparelho de Limousin

O ponto de maior relevância da farmácia era o seu Laboratório de Manipulação., criado pelo Senhor José Gomes da Silveira, assim que se formou em Ouro Preto. Era um conjunto de curiosidades da época: balanças de precisão, por meio das quais se pesavam as substâncias químicas, de acordo com as fórmulas extraídas de livros, a maioria deles em língua estrangeira; as velhas cadernetinhas de fórmulas selecionadas pelo seu velho pai; piluladores de balcão, próprios para a confecção de pílulas; cacheteurs, que são aparelhos essenciais ao preparo de hóstias medicamentosas; equipamento para a mistura artesanal de sais, que resultavam em supositórios; mesas de filtrar apropriadas para a coagem de sucos fitoterápicos os quais se transformavam em xaropes para vários males; tudo que um "bruxo" precisava para o bem-estar das pessoas.

Acervo Pessoal

Almofariz de mármore e pistilo

Os medicamentos que a gente levava, ele fazia na hora, ele manipulava: aquilo se chamava poção. É isso mesmo? Ele fazia aqueles remédios, se ele desse a gente um copo d'água naquela hora,a gente sabia que era uma coisa satisfatória. A gente tinha tanta confiança no senhor Hercílio que meus meninos passavam mal, eu levava direto no senhor Hercílio. E ele tratou dos meus seis filhos. Ele era um farmacêutico muito competente, uma pessoa muito caridosa, muito boa e sempre ajudado pela sua esposa Dona Carolina.
Brígida Diniz Belém Rocha 87 anos

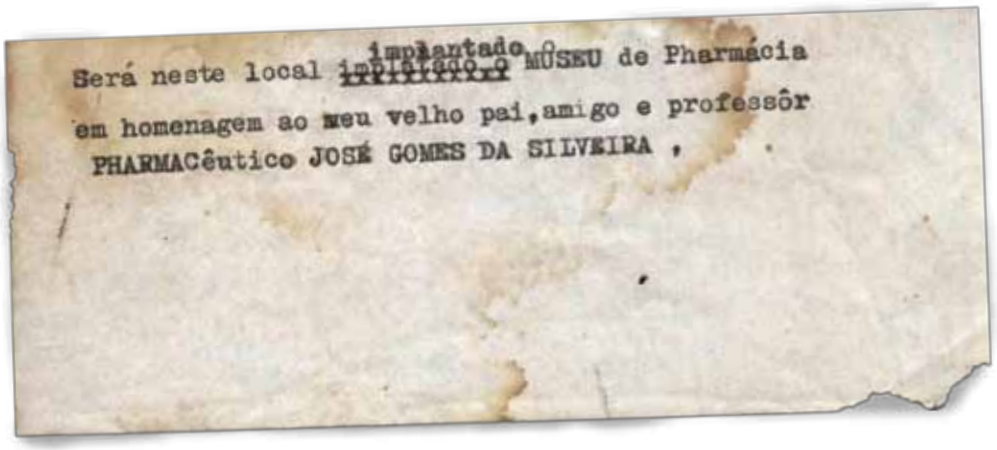
Aos 76 anos, um infarto fulminante não permitiu que "Sô Hercil" sofresse os males que o deixariam acamado. Pouco antes de seu falecimento, ele completou cinquenta anos de farmácia e foi agraciado com o título de "cidadão honorário" da cidade. Para ele, amigos e família, foi uma festa.

Conheci. Gostava muito dele, muito competente, muito atencioso, uma pessoa maravilhosa, que deixou saudades. Às vezes, se havia uma gripe, por exemplo, se a unha machucava, se precisava de um remédio bom, era senhor Hercílio. Tudo que eu precisava procurava pelo senhor Hercílio. Foi uma ótima pessoa. Até hoje me lembro muito dele. Um ótimo farmacêutico.
Olga de Matos Costa, 86 anos

Entretanto, um lamento da família liga-se ao fato da utilização do acervo não corresponder à criação do Museu da Farmácia em Contagem, uma cidade considerada como "mãe acolhida por todos e pelo senhor Hercílio, esse desejo que deixou bem claro nas palavras do farmacêutico quando recebeu o título de cidadão honorário.

Num bilhetinho colado na porta do laboratório ficou escrito: "Neste local será instalado o Museu da Pharmácia em homenagem ao meu mestre, velho e querido pai José Gomes da Silveira".

O acervo da farmácia corresponde a objetos que com-


Será neste local implantado o MUSEU de Pharmácia
em homenagem ao meu velho pai, amigo e professôr
PHARMACêutico JOSÉ GOMES DA SILVEIRA ,

puseram uma farmácia antiga de manipulação, quando ainda não existia produtos manufaturados. Senhor José Gomes da Silveira formou-se em Ouro Preto em 1906 e seu filho, Hercílio aprendeu com ele a manipular fórmulas de farmacopéicos. Seria importante a conservação desses objetos como forma de se conservar a

A uma única pessoa a que o senhor Hercílio confiava o trabalho de limpeza e manutenção do laboratório farmacopéico, D. Laura de Oliveira Franesi, (conhecida e tratada por nós, filhos, netos do farmacêutico como "mãe' Laura). Em sua simplicidade, não se considerou digna de falar a respeito do velho farmacêutico.

> *Olha, eu só tenho boas lembranças do senhor Hercílio Ele formava com o Dr Plácido Libâneo, o primeiro médico de família de Contagem, uma dupla imbatível, todos de excelência total. Competência, de amizade, aquela compreensão toda, aquela atenção, aquela alegria aquele humor maravilhoso, sempre pronto a atender a todos Era o nosso médico, o médico dos pobres, vamos dizer assim. Extremamente caridoso e era nosso médico querido de todas as famílias de Contagem Todo mundo só tem lembranças boas, positivas, do senhor Hercílio , Não apenas como farmacêutico, mas como ser humano, pai de família, como gente, uma pessoa que deixou uma imensa saudade, E ele até hoje faz muita falta porque aquele farmacêutico completo, que só não tinha o diploma de médico, mas era o nosso médico para todas aquelas pequenas coisas que a gente não precisava buscar um tratamento mais especializado, mesmo que fosse, ele dominava tudo, sabia de tudo. Se você chegava com dor de barriga, dor na orelha, uma dor... (risos), tudo ele sabia. Isso é isso! Fazia um diagnóstico de extrema verdade.Tinha sua farmácia, com objetos lindos de farmácia, um laboratório muito pronto para resolver todas as questões do cotidiano. Daqueles remédios corriqueiros, sempre tinha suas fórmulas, para servir a todo mundo que procurava por ele. Era um amigo, acima de qualquer coisa. Era um grande amigo que a gente tinha em Contagem, na área de saúde."*
> *Leda Maria Matos Costa*

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram com seu depoimento e peço desculpas por não terem sido usados todos eles. Quem quiser conhecê-los pode procurar por mim no Museu Histórico de Contagem.

* Historiadora da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Contagem e Especialista em História do Brasil (PUC-Minas) e Gestão da Memória, Arquivo, Patrimônio e Museus (UEMG).

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Morais (org.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

PEREIRA, Júnia Sales. Chão descoberto: memória de cidades. In: CRONOS: Revista de História, Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, v.2, n.2, Pedro Leopoldo: 2000.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

*Flávio de Tarso**

O Fundo Estadual de Cultura - FEC foi criado pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, em 2006, com o objetivo de reforçar a política de descentralização das ações públicas no setor cultural, por meio do apoio financeiro às ações e projetos que visam à criação, preservação e divulgação de bens e manifestações culturais no Estado, com prioridade para projetos do interior.

É importante entender que a política pública de cultura emana de uma ação governamental, por meio das diretrizes da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Cabe ao diretor do Fundo Estadual de Cultura sugerir inovações que visem à dinamização do Edital, estimulando mais agentes culturais por meio de capacitações, ou seja, profissionalizando-os, para que, a cada ano, melhore a qualidade dos projetos, disseminando o mecanismo, na tentativa de aumentar o número de entidades favorecidas.

Uma das perguntas mais frequentes que recebemos é qual a diferença entre Fundo Estadual e Lei de Incentivo. Nesse sentido, cabe esclarecer que o Fundo destina-se àqueles projetos que, tradicionalmente, encontram maiores dificuldades de captação de recursos no mercado. É um instrumento de apoio, a ser somado à Lei Estadual de Incentivo à Cultura e a outros mecanismos de financiamento existentes em Minas. Um dos diferenciais em relação à Lei é que os recursos são diretos, não sendo necessária a intermediação de empresas, para que as prefeituras, por exemplo, possam apresentar projetos. Por meio da Lei, após terem seus projetos aprovados, os produtores precisam ir ao mercado fazer as captações nas empresas. Pelo Fundo, através das duas modalidades – financiamento reembolsável e não-reembolsável –, os proponentes podem implantar seus projetos que, muitas vezes, por terem cunho experimental, inovador ou voltado para a conservação do patrimônio imóvel, não conseguem sensibilizar empresas ou financiadores privados.

Para inscrever um projeto, as entidades interessadas devem seguir o disposto no edital publicado anualmente, devendo ser preenchidos formulário-padrão e anexos e, em seguida, protocolizá-los na Secretaria de Estado de Cultura em período estabelecido para cada modalidade. Após tal procedimento, os projetos são pré-analisados pelos técnicos do Fundo Estadual de Cultura para verificação da documentação obrigatória e, se aprovados no processo de pré-análise, são avaliados pelas Câmaras Setoriais Paritárias, responsáveis pela análise, pontuação e aprovação dos projetos. Entre os motivos que levam a uma baixa pontuação dos projetos apresentados, destacam-se a falta de clareza e de objetividade com relação ao impacto cultural, a qualificação da equipe técnica envolvida, a inovação, a acessibilidade e o orçamento, todos estes descritos nas propostas analisadas.

Os formulários e os documentos relativos à legislação cultural vigente para a apresentação dos projetos estão disponíveis no site da Secretaria de Estado de Cultura (Site www.cultura.mg.gov.br/ Link: Fomento e Incentivo à Cultura / Fundo Estadual de Cultura/ Lei, Decreto e Edital).

Vindo o FEC a tornar o mercado cultural mais competitivo e preparado para desempenhar o seu papel, seja por meio de mecanismos de apoio e fomento, seja por meio da democratização do acesso aos bens culturais, seja por meio do aumento do "consumidor" cultural, com certeza teremos, em um futuro breve, uma cadeia produtiva da cultura mais sólida e inclusiva, gerando não apenas oportunidades, emprego e renda, mas cidadania e sentimento de pertencimento, por parte da população, de sua própria identidade, de suas tradições, de seus valores e de tudo que aprendemos a conhecer como cultura."

* Diretor do Fundo Estadual de Cultura

CENTRO CULTURAL

FRANCISCO FIRMO DE MATTOS FILHO

*Alexandra Ponsá**
*Gislene Silva Portilho***

Amarelo, Rosa e Azul
Cores que guardam páginas da nossa história

Contagem tem sua origem no século XVIII e, como a maioria dos núcleos setecentistas, nasceu ao redor de uma igreja sob a invocação do santo padroeiro. Desse núcleo original, algumas reminiscências foram conservadas e identificadas, seja pela demarcação das ruas, pelas casas, pela forma de construir ou pelo material empregado em suas construções. Alguns dos exemplares mais marcantes dessa época são os casarões localizados na Rua Dr. Cassiano (antiga rua da calçada), nos números 102, 120 e 140. Esse interessante conjunto arquitetônico, de grande valor histórico, é formado por três casarões erguidos nos séculos XVIII e XIX, situados no mesmo lado da rua da calçada e sem afastamentos laterais. As casas Amarela e Rosa apresentam tipologia colonial, do período compreendido entre os anos de 1750 à 1780, quando foram erguidas casas de pau-a-pique, de alvenaria de adobe ou de pedra, com telhado em quatro águas e cobertas de telhas de barro. A Casa Azul é a edificação central, com telhado de duas águas de telhas francesas, com caibros corridos e calhas horizontais. Na fachada principal, eleva-se uma platibanda,

Alexandra Ponsá

à guisa de frontão, com desenho curvo no centro. Os vãos, emoldurados em massa, com vergas retas, mostram esquadrias de venezianas ou caixilhos de vidros e portas de réguas justapostas. Apesar de distinta estilisticamente, funciona como um elemento de ligação na totalidade do conjunto, possui feição eclética, originalmente do mesmo período das outras duas, apresentando fachada alterada, com elementos da arquitetura da virada do século XIX para o Século XX. O conjunto forma, com o Espaço Popular e a Matriz de São Gonçalo, um conjunto maior com interesse de preservação para a memória de Contagem, sendo referência histórico-cultural da sede do município.

Em toda a documentação encontrada sobre os imóveis constata-se que eles pertenciam a família Rocha. Em 1942, foi proferida a partilha de bens, o imóvel passou a pertencer ao viúvo meeiro Randolfo José da Rocha e filhos. Entre os três casarões, o que se manteve autêntico ao longo do tempo foi o de número 140 (Casa Amarela), pois apresenta as mesmas divisões internas e mantém a mesma estrutura arquitetônica daquela da época de sua construção. A presença de prateleiras no cômodo da frente da casa denotou a existência de uma "conjugação" entre as funções comercial e residencial no aproveitamento e no uso dos espaços físicos, muito comum no passado histórico do município. Na parte da frente, funcionou um bar com seus respectivo "reservado"e as dependências de "fundo" eram utilizadas como moradia.

Ainda segundo dados obtidos na entrevista D. Inês Rocha Macedo, o casarão de número 140 pertenceu a Joaquim José da Rocha, que lhe serviu de moradia. Seu segundo dono foi José de Oliveira Rocha, filho de Joaquim José da Rocha. Posteriormente, foi adquirida por José Augusto Rocha (irmão do senhor Oldemar Rocha). Porém, suas dependências também foram usadas como pousada antes de se tornar moradia.

Nessa casa, funcionou um botequim que, segundo registros documentais, constituía um ponto de encontro de uma clientela cativa, do prefeito ao oleiro. Era um local de passagem obrigatória tanto dos estudantes do Grupo Doutor Sabino quanto dos fiéis frequentadores das missas, procissões e de outras festas religiosas. Podiam ser encontrados no local cafezinhos, doces, salgados, fumo de rolo, cervejas resfriadas em caixas de areia molhada – solução para a ausência da geladeira elétrica - e outras miudezas típicas de bares. Era ali também o único posto telefônico da cidade, na época da telefonia a manivela. O senhor José Augusto Rocha, auxiliado por sua esposa e filhos, zelava pela recepção, inscrição e entregas nos endereços dos destinatários das mensagens de chamadas telefônicas.

Vizinho a essa casa, há um cômodo de entrada independente, cujo espaço fora alugado para funcionamento de uma barbearia que, como foi dito anteriormente, refere-se ao número 130.

O casarão central pertencente ao senhor Oldemar Rocha, resultou de modificações na antiga edificação, com alteração da fachada, a substituição das vedações de pau-a-pique por tijolo requeimado, a instalação de um pequeno comércio na parte frontal e da construção de acréscimos na parte posterior.

Em entrevista, a senhora Inês Mônica Rocha Macedo,

CASA AMARELA – CASA JOSÉ AUGUSTO ROCHA

Alexandra Ponsá

Milton Rocha

Filho de Randolfo José da Rocha e Augusta Maria Diniz, José Augusto Rocha nasceu em Contagem, em 27 de junho de 1918. Concluiu sua formação básica no Grupo Escolar Sabino Barroso. Foi casado por vinte e cinco anos com Mercês Horta Rocha, com quem teve dois filhos.

Por muitos anos, foi membro efetivo do corpo de jurados da Comarca de Betim, por Contagem, tendo inúmeras participações no Conselho de Sentenças.

Começou a trabalhar desde muito jovem. Ajudava o pai no trabalho do matadouro e no açougue que, por alguns anos, foi de propriedade da família, ocupando um dos cômodos de sua casa. Também auxiliava no armazém do irmão mais velho, Oldemar Rocha, localizado onde atualmente é a Casa Azul.

Aos 26 anos de idade, meses antes de casar-se, o senhor José Augusto adquiriu, de seu tio José de Oliveira Rocha, a casa que era do seu avô Joaquim José da Rocha. Naquele ano de 1944, instalou ali residência e um botequim. Muitos dos quitutes vendidos no botequim eram preparados pelo próprio José Augusto, auxiliado por sua esposa.

Em 1985, após quinze anos do falecimento da esposa, Zé Rocha casou-se com Jandira Ribeiro Linhares Rocha, com quem viveu por cinco anos. Faleceu em 25 de agosto de 1990, vítima de um derrame cerebral.

CENTRO CULTURAL - FRANCISCO FIRMO DE MATTOS FILHO

CENTRO CULTURAL "FRANCISCO FIRMO DE MATTOS FILHO"

Nascido e criado em Contagem, Francisco Firmo de Mattos Filho estudou o curso primário no Grupo Escolar Sabino Barroso, tendo concluído o curso secundário em Belo Horizonte. Graduou-se como agrimensor, pela Escola Técnica de Agrimensura "Álvaro da Silveira", em 1954, e, mais tarde, na década de 1970, formou-se ainda em Direito, na cidade de Itaúna.

Chicão, como era conhecido por muitos contagenses, iniciou-se no mundo da política, ocupando a vice-prefeitura, de 1955 a 1959, no governo João de Mattos Costa. Foi vereador em 1958. Esteve também nos cargos de presidente e vice-presidente do Legislativo Municipal, entre 1959 e 1962. Ocupa novamente a vice-prefeitura, na administração de Sebastião Camargos, em 1963/67, e, logo em seguida, tornou-se prefeito de Contagem, até 1972.

Durante a administração de Chicão, Contagem viveu um período de grande desenvolvimento econômico, marcado pela criação do EPUC – Escritório de Planejamento Urbano de Contagem, em 1968, do CINCO – Centro Industrial de Contagem e do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgotos, responsável pela captação da represa de Vargem das Flores.

Além do seu envolvimento na política, Francisco Firmo de Mattos Filho dedicou-se, naturalmente, a várias outras atividades ao longo de sua vida. Ingressou no Exército Brasileiro, recebendo graduação de 3º Sargento, em Belo Horizonte; foi fundador do Orion Esporte Clube; foi membro da Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais, cargo que equivaleria atualmente a Secretário de Estado, dentre diversas outras ocupações.

CASA AZUL - CASA OLDEMAR ROCHA

Nascido em Contagem, em 17 de fevereiro de 1912, filho de Randolfo José da Rocha e Augusta Maria Diniz Rocha, o senhor Oldemar Rocha viveu 85 anos. Ainda muito novo, realizava pequenas tarefas remuneradas. Em 1929, aos dezessete anos, contou com um empréstimo do pai para adquirir um pequeno comércio numa casa onde atualmente é a Casa Azul. Casou-se com Francelina Rocha, em 1936, e, com ela, teve treze filhos.

Os serviços de seu Oldemar eram requisitados mesmo em ocasiões de morte. É que ele mandava confeccionar caixões em sua própria casa. Além de seu trabalho como comerciante, seus serviços eram requisitados mesmo em ocasiões de morte. É que ele mandava confeccionar caixões em sua própria casa.

Senhor Oldemar também se envolvia com outras atividades sociais. Foi presidente do Diretório da antiga UDN (União Democrática Nacional). Nos anos 1950, teve atuação decisiva com outros políticos contagenses, junto ao Doutor Juscelino Kubitschek, para a abertura da estrada Contagem/Belo Horizonte, a Avenida João César de Oliveira. Foi eleito presidente de honra do Ipiranga Futebol Clube. Sua atuação abarcou ainda o mundo musical. Durante os anos 1940/1950, a banda de Música Santo Antônio, contou com auxílio financeiro de Oldemar Rocha, que contribuiu para a aquisição de novos instrumentos musicais e a recuperação de vários outros.

Alexandra Ponsa

SALA MARIS'TELA TRISTÃO

Filha de professores, Mari'stela Tristão nasceu em Uberlândia e foi criada em Carangola. O interesse pelo mundo das artes começou ainda bem cedo, quando criança. Estudou piano, bordado e pintura. Após formar-se no curso normal em Carangola, transferiu-se para Belo Horizonte, em 1940, cursando na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, o Curso Geral e Especial de Desenho e Artes.

Foi aluna e assistente de Jeane Milde e de Helena Antipoff. Na UFMG, estudou Belas Artes na Escola de Arquitetura, onde ocupou o cargo de presidenta do Diretório Acadêmico. Durante 30 anos, Maris'tela trabalhou como crítica e colunista de artes plásticas do Estado de Minas.

A Casa da Cultura "Nair Mendes Moreira" recebeu em 1997, antes mesmo de seu tombamento, a exposição Alunos de Guignard, da qual Maris'tela foi curadora. Como forma de consideração ao seu profissionalismo, engajamento no mundo das artes e pelo seu trabalho de difusão cultural, o teatro do casarão azul recebeu o nome dessa conceituada artista do cenário mineiro.

Estevão da Silveira

moradora e herdeira da casa número 120, lá funcionava um armazém onde se vendia de tudo. Era o tradicional secos e molhados. A Venda do Oldemar, como o comércio era chamado, possuía de tudo um pouco: querosene, ferradura, seda, calçados, armarinho, carne e toucinho de porco. Estes últimos por ele mesmo criados, abatidos e preparados para serem expostos no balcão da Venda. Com a mudança de senhor Oldemar Rocha para Belo Horizonte, Ildeu Macedo, seu genro, assumiu o armazém.

Entre o Casarão central nº120 (Casa Azul) e o de número 102 (Casa Rosa), há um cômodo que fora utilizado como açougue pertencente ao senhor Randolfo José da Rocha, seu pai.

O terceiro casarão, nº 102 (Casa Rosa), mantém em quase sua totalidade os elementos originais construtivos, tais como as esquadrias, vedações em pau-a-pique, piso e cimalhas, comportando um porão de considerável tamanho.

Em ordem cronológica de uso, essa casa foi pousada, moradia do senhor Randolfo José da Rocha (primeiro proprietário); moradia da senhora Ercília Diniz Rocha (segunda proprietária) e, depois, seus espaços foram utilizados como escola, quando o professor Vicente de Almeida Barbosa, na condição de inquilino, instalou o Ginásio São Gonçalo.

Cancelado o contrato de aluguel para o uso da escola, a casa foi dividida em duas moradias, por volta de 1964, sofrendo alterações em suas divisões internas.

Em outubro de 1959, com o falecimento de Randolfo José da Rocha, a edificação passou às mãos de seus filhos, conforme auto de partilha de novembro de 1960. O conjunto foi vendido à Comolatti, em julho de 1980. Por um longo período, as casas foram habitadas por funcionários da Comolatti, divididas em duas moradias, até que, em 1996, os casarões foram doados ao município pela empresa Evaristo Comolatti S/A Participações, para abrigar o Centro Cultural de Contagem.

Os casarões estavam em estado de arruinamento, necessitando de um projeto de restauro, para que não se perdesse mais um patrimônio da cidade. Assim, eles passaram por processo de restauração e, em 1998, foi inaugurado o Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho, criado pela Lei 3.033, de 15 de abril de 1998, e tombado pelo Decreto nº.9.987, de 31 de março do mesmo ano.

O Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho é o centro das atividades culturais do Município de Contagem.

Na Casa JOSÉ AUGUSTO ROCHA (Casa amarela) funciona a galeria de arte e a Coordenadoria de Cultura, responsável por atividades culturais como aulas de música, teatro,desenho artístico, pintura em tela e dança.

Na CASA OLDEMAR ROCHA (Casa Azul) funciona a Diretoria de Ação Cultural e o Teatro de 140 lugares (SALA MARIS'TELA TRISTÃO), palco de apresentações artísticas, palestras e seminários.

Na CASA TEREZINHA BELÉM (Casa Rosa) funciona a Biblioteca Pública Municipal " Dr. Edson Diniz", transferida para o local em 25 de junho de 2008.

* Geógrafa da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Contagem.
** Geógrafa da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Contagem e Acadêmica do Curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis.

Alexandra Ponsá

Júlia Carolina

Milton Rocha

CASA ROSA – CASA TEREZINHA BELÉM

Terezinha Belém nasceu em Contagem, em 27 de setembro de 1924. Filha de Josias Belém e Zirza Diniz, foi professora e diretora da Escola Estadual Doutor Sabino Barroso, onde trabalhou por mais de 40 anos. Viveu por muitos anos na casa onde hoje funciona o Museu Histórico de Contagem, a Casa da Cultura.

Envolveu-se em várias atividades de ajuda ao próximo, trabalhando com crianças do Coralzinho, da Cruzada Eucarística e da Catequese. Boa conhecedora da história do município, recebia alunos em casa, auxiliando-os nas pesquisas escolares sobre Contagem.

Dona Terezinha recebeu, ainda em vida, a indicação de seu nome para batizar o casarão rosa do Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho. Não compareceu à cerimônia de inauguração por motivos de saúde, mas a família esteve presente, representando-a.

HOJE É DIA DE FEIRA

*Adebal de Andrade Júnior**
*Carolina Dellamore Batista Scarpelli***

"É dia de feira
quarta-feira, sexta-feira
não importa a feira...
É dia de feira
(…) quem quiser pode chegar"
O Rappa

No Brasil, a partir do ano 2000, com o Decreto Federal nº 3551[1], foi instituído o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial. Para efeitos operacionais, foi organizado em quatro categorias: a dos **saberes** (para registro dos conhecimentos e dos modos de fazer); a das **celebrações** (festas, folguedos e rituais); a das **formas de expressão** (manifestações plásticas, cênicas, musicais, lúdicas, poéticas ou literárias); e, finalmente, a dos **lugares**, destinada ao Registro de espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas como mercados, santuários, praças e feiras.

Sobre a categoria dos lugares é importante salientar que a sua criação

> *deveu-se à observação de que existem sítios naturais, espaços urbanos e outros, construídos ou não, que independentemente de possuírem valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico constituem "pontos focais" da vida de um grupo ou localidade, dando suporte ou abrigando práticas sociais e atividades coletivas que são importantes para os contextos locais ou territoriais onde se localizam. Por essa razão, esses espaços adquirem um sentido cultural especial para os que os vivenciam ou utilizam, tornando-se diferenciados dos demais. Tornam-se, assim, "lugares" e suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam. (p.16)2.*

Analisando a Feira do Bairro Amazonas, na cidade de Contagem, a partir da categoria dos lugares, percebemos que nesse espaço desenvolve-se uma dinâmica social própria que se concretiza na Avenida Alvarenga Peixoto todos os domingos e produz uma memória especifica do grupo que convive nesse Lugar. Portanto, esse espaço é um suporte para o desenvolvimento de um rico patrimônio imaterial de Contagem.

De acordo com os relatos orais, a Feira do Bairro Amazonas foi criada no início da década de 1960. Não há como precisar a data exata de sua criação, pois as memórias se confundem. Alguns dizem que foi em 1965; outros, um pouco antes. O certo é que começou com a venda de hortifrutigranjeiro, os chamados produtos da roça. Inicialmente, eram moradores da região que vendiam nessa Feira aquilo que era produzido em seus quintais ou trazidos dos seus sítios, localizados em áreas rurais próximas. Aos poucos, foram agregados pequenos produtores, vindos de outras cidades. Estes chegavam às cinco horas da manhã, no domingo, para vender seus produtos, como os pais e o irmão mais velho do senhor Reinaldo e a senhora Marilene. Com seis anos de idade, o senhor Reinaldo já vinha à Feira para ajudar os pais, assim como seus outros dez irmãos. A barraca foi um meio de sobrevivência e tornou-se também um patrimônio da família, atravessando gerações. A feira é importante, pois é de onde se tira o sustento, já que "a gente vive bem dizer da feira, né?[3]".

Tudo que o senhor Reinaldo vende na Feira é plantado por sua família em um sítio em Ibirité. Começaram

1 Para quem quiser conhecer o Decreto citado na íntegra consultar: www.lexml.gov.br/1/1:lex:br:ferderal:decreto:2000-08-04;3551
2 Parecer nº005/06 do DPI (Departamento do Patrimônio Imaterial), 30 de outubro de 2006, referente ao Processo nº01450.002945/2006-24 Registro da Feira de Caruaru/PE. Mais informações: www.iphan.gov.br
3 Feirante desde 1975. Entrevista realizada pelos autores no dia 18/04/2010.

vendendo na porta do sítio. A plantação foi aumentando e a família começou a comercializar no Bairro Amazonas. A senhora Marilene[4] conta que a família tinha um caminhão GMC e que seu pai chegava a fazer três viagens, transportando mercadoria. "Traziam os meninos menores para tomar conta, mas eles ficavam era dormindo em cima das grades, enquanto a gente ia arrumando tudo (...)".

> *A plantação era nossa, ainda é, continua sendo. E a gente trazia o material cedinho, chegava aqui na faixa de 4 horas e começava a arrumar as bancas, vendia muito atacado, dia primeiro a gente vendia a caixa fechada mesmo, era uma feira boa mesmo, agora piorou um pouquinho, tem muitos concorrentes.*

Como na época ainda não tinha a CEASAMINAS (Centrais de Abastecimento), os donos de sacolões e supermercados faziam suas compras por atacado nessa feira do bairro. É interessante observar como a memória do trabalho, iniciado tão cedo por dona Marilene, mistura-se a uma memória doce da infância,

> *Era muito bom, eu chupava picolé quase que o dia todo, tinha o moço do picolé que ele já ficava do lado assim. Eu ficava direto, vendia, eu comecei a ajudar meu irmão mais velho, né? Ele era o seguinte, aquelas notas mais velhas ele passava tudo pra mim, eu achava uma beleza, que a gente num tinha ganhame nenhum, né? Aí ele passava pra gente aquelas notas que ele achava que tava velha e amarrotada. Comecei desde pequena. (...) Nossa, foi nosso ganha pão, né? Por exemplo, papai tratou de onze. Depois agora vem os netos, está todo mundo usufruindo dela ainda.*

O circuito da Feira, atualmente, começa na Av. Alvarenga Peixoto, na esquina com Av. Juscelino Kubistchek, e vai até o viaduto da BR 381, no Amazonas, na altura da Rua Juca Flávio. Depois, segue ao longo dos dois lados da Avenida. Possui cerca de 550 barracas e duas áreas destinadas às praças de alimentação. Está dividida em cinco setores, sinalizados com as respectivas cores: hortifrutigranjeiros, na cor verde; bijouterias e decoração, em amarelo; couros e calçados, na cor marrom; vestuário, em alaranjado; e alimentação, colorido de vermelho.

A Feira acontece em todos os domingos, de 8h às 15h. Mas nem sempre foi assim. Ela teve início na Rua Jonas Soares, no bairro Amazonas, antigo centro comercial de Contagem, permanecendo no local por muito tempo. Posteriormente, transferiu-se para a Rua Marajó, no mesmo bairro, já que, devido ao seu crescimento, o espaço ficou reduzido para abrigar os feirantes. Essa mudança não correspondeu à expectativa dos comerciantes, que buscaram a Av. Alvarenga Peixoto como alternativa.

De início, a Feira ocupava somente um lado da avenida e contava apenas com hortifrutigranjeiro. Não havia barracas, os feirantes expunham nas próprias grades em que traziam as verduras ou sob caixotes. Aos poucos, outros segmentos surgiram também de forma improvisada, como aponta a Senhora Maria José[5]:

> *Eu forrava o chão com um lençol e colocava ali a minha mercadoria (...). Eu comecei muito simples, comecei mostrando no chão mesmo, depois com muito trabalho e com muita luta eu comprei minha barraca e vim, e hoje estou nesse patamar aí, né? Eu tenho minha barraca, meu ponto.*

Hoje, a Feira do Bairro Amazonas é considerada a quarta maior feira da Região Metropolitana, em termos de público, segundo José Rodrigues, atual administrador da Regional Industrial. Os feirantes são cadastrados e utilizam crachás de identificação. As barracas possuem cores correspondentes ao setor ao qual pertencem. As áreas das barracas são demarcadas no chão e numeradas, de modo a facilitar a localização para os visitantes.

Na época da canalização do córrego que passa embaixo da Av. Alvarenga Peixoto, os feirantes foram transferidos para a Av. David Sarnof. Mesmo com melhores condições, o público ficou menor e as vendas diminuíram, como nos conta Carlos[6]:

> *Foi porque iam mexer na avenida aí né? Que iam fazer a rede fluvial, aí nós fomos pra lá, a princípio tudo bem, mas... Aí a feira praticamente acabou. Por que? Num era a mesma coisa. O lugar, aqui é o lugar, a feira. Se você pegar essa feira e levar, igual já disseram que ia fazer, lá pra cima pra perto do Monte Cristo, num é a Feira do Bairro Amazonas, a feira do bairro Amazonas é a Alvarenga Peixoto, entendeu? A época em que ficou lá em cima era normal, todo mundo foi transferido pra lá separado em setor normal porque lá a via é muito grande, mas com três meses você contava nos dedos as barracas, porque não teve retorno, não tinha comodidade, não tinha nada. Não sei te explicar, só sei que não vingou.*

Carlos contou, ainda, que foi feito um abaixo-assinado, com a participação da comunidade, reivindicando a volta da Feira para a antiga avenida, em virtude da importância do lugar para a existência da Feira. Esse retorno consolidou a rua como lugar de atividades e práticas coletivas de grande importância e valor cultural para a comunidade daquele bairro e de seu entorno.

A comunidade que vive no entorno da Feira apresenta opiniões distintas sobre a atividade de domingo, na Av. Alvarenga Peixoto. Durante as entrevistas realizadas para a elaboração desse artigo, um senhor que não quis se identificar relatou que se mudou da avenida em função dos transtornos causados pela Feira. A rotina começa por volta das três horas da manhã com a montagem de barracas. Quem necessita sair de carro

tem de retirá-lo da garagem e deixá-lo estacionado nas ruas vizinhas. Também há o barulho e os restos da Feira que incomodam alguns moradores.

Por outro lado, ouvimos falas como a da senhora Maria Ferreira[7], moradora do bairro há mais de 40 anos:

> *Eu gosto demais daqui, teve gente que fez abaixo-assinado pra tirar a feira. E eu, se assinarem é falso. Por que eu não assino, de jeito nenhum. Eu fico aí a semana toda, esperando domingo pra chegar. Eu adoro essa feira, todo mundo me conhece, eles são muito bacanas, e eu gosto demais da feira. Levanto cedo, 7 horas já fiz minha feira pra sobrar tempo pra eu ficar olhando um, olhando outro, conversando com um, conversando com outro, graças a Deus tenho um bom relacionamento com os feirantes. não deixo, como se diz, falar da feira não, porque machuca meu coração. (...) Eu vou viajar agora esses dias, aí eu fico pensando de lá de onde eu estou: "- ôh meu deus do céu, era hora deu tá lá na feira, sentada".*

Um casal de moradores de um bairro próximo relatou que frequenta a Feira todos os domingos, em função da qualidade dos produtos, sempre frescos, e da possibilidade de negociar os preços. Além disso, a Feira tornou-se um lugar de fazer amigos e de abrir o dia com um caldo-de-cana ou uma cerveja gelada e com os pratos característicos, como o tropeiro, o peixe com fritas e farofa, pastel frito, pé-de-moleque, acarajé e churrasquinhos diversos.

O valor cultural da Feira do Bairro Amazonas é inquestionável, assim como é inegável a sua importância econômica. Apesar das mudanças nos hábitos de consumo, do surgimento de grandes redes de supermercados e shoppings, a Feira é ainda um espaço onde o consumidor, independentemente de sua faixa de renda, encontra diversidade e tem escolha. Os preços costumam ser menores, há a possibilidade de pechinchar e os frequentadores desenvolvem uma relação afetiva com os feirantes. A Feira torna-se, assim, mais do que um espaço de compras, mas um local de convivência. Sua importância está também em sua capacidade de resistência e, ao mesmo tempo, de adaptação às transformações urbanas. Nesse sentido, a Feira do Bairro Amazonas, "(...) é um empreendimento econômico cujo sucesso está ancorado na cultura e na tradição, assim como na capacidade de adaptação aos novos tempos". (p.12)[8].

A Feira do Bairro Amazonas é um importante patrimônio cultural, em função dos produtos artesanais ali comercializados, nos saberes e conhecimentos tradicionais que esses produtos mobilizam, como a forma de produzir o tradicional pé-de-moleque. Ou na maneira de comercializar e acondicionar carnes. Porcos e galinhas eram abatidos ali mesmo no local, próximo à barraca, e ficavam expostos nas bancas, como nos conta Carlos, "o hortifruti, era tudo acoplado, tudo junto, era aqui que eles matavam

Adebal de Andrade Júnior

Senhora Maria Ferreira,vizinha e frequentadora da Feira

um porco na hora, naquela época não tinha esse negócio de higiene, essas coisas, sei lá o que acontecia, sei que ninguém morreu por isso, né?". Hoje, não há o abate no local, mas as carnes continuam sendo comercializadas e os feirantes justificam que "mas há 30 anos, é assim".

É importante ressaltar que a Feira do Bairro Amazonas é um testemunho vivo de uma história urbana e regional, tem início no período do auge da industrialização em Contagem, na década de 1960. Nesse período, a cidade atraía migrantes de outras regiões de Minas Gerais, em busca de emprego e melhores condições de vida. Aqui, essa população encontrava, além das dificuldades com a moradia, já que o processo de ocupação residencial nessas áreas não fazia parte do planejamento industrial, a dificuldade em adquirir produtos e vários gêneros alimentícios, o que tornou a Feira do Bairro Amazonas um local importante para abastecimento da comunidade.

A atividade de feirante e a barraca, em alguns casos, são passados de pai para filho, apesar do regimento da Feira não permitir isso. A barraca acabou tornando-se um patrimônio familiar. Outras pessoas tornaram-se feirantes, após perderem seu emprego formal. Wellington[9] conta como se tornou feirante e como sua família reagiu ao saber da sua atividade:

> *Eu comecei como todo mundo, né? Desempregado tinha que fazer alguma coisa. Aí eu peguei e comecei a vir com a minha tia, depois eu passei a vir sozinho (...) eu era de menor, não podia pegar licença. Aí eu comecei a vir com ela. Comprei biscoito e comecei, no meu caso me ajudou muito, eu não tinha nada, agora eu tenho minha casa, tenho meu carro, ralei muito, mas graças a Deus... Agora minha família tá criando, né? Começando agora, daqui uns dias os meninos tão vindo, né? Uma menina já tem seis anos, daqui uns dias ela tá vindo aí. (...) Ah! eles rachavam os bicos de eu vir trabalhar na feira, o pessoal estuda, eu não quis estudar,*

4 Feirante desde 1965. Entrevista realizada pelos autores no dia 18/04/2010.
5 Feirante desde 1978. Entrevista realizada pelos autores no dia 18/04/2010.
6 Moradora da Av. Alvarenga Peixoto. Entrevista realizada pelos autores no dia 18/04/2010.
7 Parecer nº005/06 do DPI (Departamento do Patrimônio Imaterial), 30 de outubro de 2006, referente ao Processo nº01450.002945/2006-24 Registro da Feira de Caruaru/PE. Mais informações: www.iphan.gov.br
8 Feirante desde 1997. Entrevista realizada pelos autores no dia 11/04/2010.
9 Feirante desde 1986. Entrevista realizada pelos autores no dia 11/04/2010.
10 Começou na Feira há 40 anos, parou por um tempo e voltou em 2007. Entrevista realizada pelos autores no dia 25/04/2010.

eu tenho seis irmãos e todos rachavam os bicos, zoavam o tempo todo, era desse jeito. Eles vinham pra cá passear e eu tava trabalhando. Mas agora eles todos respeitam, né? O que eu já consegui sem ter estudo sem nada, graças a Deus.

A Feira é uma atividade econômica que permite que pessoas com pouca qualificação trabalhem e se sustentem. Muitos feirantes criaram e criam seus filhos, adquiriram seu carro e sua casa com o que ganham aos domingos, fazendo comércio na Av. Alvarenga Peixoto. A fala de Wellington evidencia o valor que a Feira tem para ele e como esse valor vem sendo passado para sua família.

Para grande parte dos feirantes, a importância da Feira se evidencia em relatos como o do Sr. João[10]: "Ah! a Feira pra mim é tudo, é um lazer, uma área de trabalho. Ultimamente tudo que nós temos é ela agora". Outra fala recorrente é a de que a feira é mais do que um ofício. Ela é um vício, sendo comparada, muitas vezes, à cachaça como afirma senhor Murilo[11]:

Uai, a gente mesmo como comerciante a gente sente falta, se acabar, porque é um trem que a gente mexeu muito e continua mexendo, parece que é uma cachaça que a gente tem, né? De não querer passar pra outra atividade e querer tocar essa aqui sempre.

Quando perguntamos se há intenção de mudar de atividade, as respostas são rápidas: "Não, só se a Feira acabar" (senhor Rui)[12]. E há, ainda, aqueles que atribuem um valor à Feira que transcende o trabalho. A Feira tornou-se parte de suas histórias de vida, como afirma Carlos, "Mas o que eu posso falar, essa feira simplesmente faz parte da minha vida, com força, você entendeu? Tô com 53, se for contar mesmo... tem 37 anos, agora você imagina, então pô, sem comentário, né?".

A Feira do Bairro Amazonas passou recentemente por um processo de reorganização, havendo um aumento no número de barracas, de 300 para 550, bem como um cadastro dos feirantes que, agora, possuem crachá de identificação. Além disso, houve numeração das barracas e a respectiva demarcação dos locais, de modo a facilitar a localização pelos visitantes da feira. A Feira também passou a contar, em todos os domingos, com a presença de fiscais da Prefeitura de Contagem, policiamento e funcionários da Transcon (Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem) que organizam o trânsito. Ganhou também um Espaço Cultural que tem se transformado em palco para apresentação da produção cultural da comunidade, além de se consolidar como local de manifestações da cultura popular, como a roda de capoeira, organizada pelo Mestre Marrom, do Grupo de Capoeira Unidos de Minas, que acontece há acerca de 28 anos e que já faz parte daquela paisagem cultural.

Dessa forma, a Feira também tem seu valor evidenciado nas expressões artísticas e manifestações da cultura que abriga e enseja, assim como está nas memórias que evoca, na gastronomia, no comércio de grãos, no colorido de frutas e legumes frescos sobre as bancas, na criatividade presente em muitos produtos e também no modo como se faz o seu comércio.

A Feira constitui-se como um espaço de convívio e lazer para as famílias de Contagem e propicia o sustento de muitas pessoas. É um lugar de criação e de exposição da criatividade popular. Representa uma experiência de sociabilidade e uso da rua e, mesmo com o surgimento e difusão dos supermercados e grandes estabelecimentos comerciais próximos, ela ainda resiste. É considerada pela população como lugar mais acessível e barato para adquirir produtos, além de representar importante patrimônio cultural da cidade.

A existência e continuidade dos lugares reconhecidos como bens culturais imateriais dependem então, fundamentalmente, dos grupos ou indivíduos que os mantém vivos por meio do que aí fazem, do modo como os utilizam ou deles se apropriam, das relações que estabelecem em seus âmbitos e da densidade histórica e cultural que tudo isso possui para os grupos sociais que valorizam esses lugares como referências culturais. (P.17).

São, portanto, os valores históricos, memoriais, culturais e econômicos atribuídos à Feira do Bairro Amazonas que permitem delimitá-la como objeto de Inventário e de futuro Registro.

Agradecemos a todos os feirantes, especialmente a Dircinéia, Rui, João, Maria José, Edileuza, Maurício, Benjamin, Laura e Elisângela, Carlos, Raimundo, Adilson, Maria das Dores, Dona Tereza, Geraldo, Wellington, Flaubel e a Wellington, Henrique e Davi, Maria Ferreira, João Batista, Pedro, Delma, Carmem, José Rodrigues, Black, Fabiana, Joelma Aparecida, Ana Cecília, Machado e Regina que contribuíram com esse trabalho, oferecendo informações valiosas sobre a história da Feira e da região.

Feiras

Contagem possui também outras feiras tradicionais, espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas: a **Feira de Arte e Artesanato do Eldorado**, que funciona sábados e domingos, de 8h às 15h, na Avenida José Faria da Rocha com Avenida João César de Oliveira; e a **Feira de Nova Contagem**, também aos sábados e domingos, de 8h às 15h, na Avenida Ápio Cardoso. Todas elas evidenciam a importância desses lugares para a memória e para a economia da cidade, constituindo parte do patrimônio cultural imaterial de Contagem.

11 Feirante desde 2002. Entrevista realizada pelos autores no dia 11/04/2010.
12 Parecer nº005/06 do DPI (Departamento do Patrimônio Imaterial), 30 de outubro de 2006, referente ao Processo nº01450.002945/2006-24 Registro da Feira de Caruaru/PE. Mais informações: www.iphan.gov.br

* Historiador da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Contagem e Especialista em História e Cultura Mineira (FCHPL).
** Historiadora da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura de Contagem, Mestre em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) e Especialista em História da Cultura e da Arte (UFMG).

Revelando Contagem

A PREFEITURA DE CONTAGEM REALIZOU, EM 2009 O 1º CONCURSO DE FOTOGRAFIA DA CIDADE. CONFIRA ABAIXO OS VENCEDORES

1º LUGAR
Poliana Oliveira Reis

2º LUGAR
Marco Túlio Figueiredo

3º LUGAR
Alice Martins

A CASA DA CULTURA AGORA É MUSEU

A PARTIR DE AGORA, A CASA DA CULTURA PASSA A SE CHAMAR "CASA DA CULTURA NAIR MENDES MOREIRA- **MUSEU HISTÓRICO DE CONTAGEM**". COM ESSA CONQUISTA, A HISTÓRIA DA CIDADE PODERÁ SER CONTADA COM MELHOR ESTRUTURA E QUALIDADE, O QUE É MUITO IMPORTANTE PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE NOSSO POVO. AS ATIVIDADES DA CASA DA CULTURA CONTINUAM, COMO AS EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS E O PROJETO CASA ABERTA. VENHA E DÊ AS BOAS-VINDAS AO NOSSO MUSEU, O MUSEU HISTÓRICO DE CONTAGEM.

A PREFEITURA DE CONTAGEM PRESERVA
O PASSADO E VALORIZA O PRESENTE.

PREFEITURA CONTAGEM
Uma cidade cada dia melhor.